



DEPARTAMENTO DE DIREITO

**MESTRADO EM DIREITO**

**A IMPORTÂNCIA DA PROVA TESTEMUNHAL  
NOS JULGAMENTOS CÍVEIS EM ANGOLA:  
UM ESTUDO PORMENORIZADO NA SÓCIO GEOGRAFIA DAQUELE PAÍS**

Relatório de Actividade Profissional para a Obtenção de grau de Mestre  
em Direito, especialidade em Ciências Jurídico-Processuais

Mestrando: António Jolima José

Orientadora: Mestre Helena Cristina Costa Tomaz

Co-orientador: Prof. Doutor Pedro Trovão do Rosário

Julho, 2014

Lisboa

Aos meus Pais, José Yuyé e Joana Chilombo (em memória), por me terem deixado com saúde e legado-me o sentido de persistência; sendo estas, condições sine qua non para o alcance de qualquer objectivo.

## AGRADECIMENTOS

À minha família e aos meus superiores hierárquicos, o meu muito obrigado, pela compreensão dada às minhas constantes ausências durante o tempo em que durou a tão árdua e tão valiosa formação.

# **LISTA DE ABREVIATURAS**

C.C – Código Civil.

C.C.J – Código das Custas Judiciais.

C.E.J - Centro de Estudo Judiciários.

C.N.E – Comissão Nacional Eleitoral

C.P.C – Código do Processo Civil.

C.S.M.J – Conselho Superior da Magistratura Judicial.

I.N.E.J – Instituto Nacional de Estudos Judiciários.

I.S.C.E.D – Instituto Superior de Ciências da Educação.

M.º P.º - Ministério Público

## **Resumo:**

O presente Relatório debruça-se sobre a prova testemunhal em tribunal cível em Angola enquanto necessária a auxiliar a obtenção da prova sobre um determinado facto e subsequentemente veredicto por parte do juiz. O conteúdo cumpre vários objectivos, desde os direitos aos deveres das testemunhas (directa ou indirecta), até aos meios essenciais para aferir da veracidade do depoimento, passível de punição, caso se apure ser falso.

Por fim, o contributo inovador deste Relatório, pretende-se com a experiência do candidato como Juiz no Tribunal Cível de Benguela, Angola, e propõe soluções conducentes à eficácia e ao combate a morosidade da resolução dos processos, com vista a beneficiar, quer a instituição quer a própria testemunha devida à sua presença ou à sua ausência nas sessões.

Palavras-chave : Prova Testemunhal. Testemunha. Depoimento. Tribunal Cível.

## **Abstract**

This master`s degree thesis focuses on the testimony evidence in the civil court, essential to assist the obtaining evidence about a particular fact and subsequent verdict by the judge. The content has several purposes, from the rights to duties of witness (direct or indirect) till the essential ways to obtain the testimony`s veracity, punishable if it is established to be false.

Finally, the main contribution of this thesis relates to the candidate`s experience as a judge in civil court of Benguela, Angola and proposes solutions leading to the effectiveness and combat the slowness resolution processes, in order to benefit both, the institution and the witness, because of their presence or absence in court sessions.

Keywords: Testimonial Proof. Witness. Testimony. Civil Court.

# Índice

1	INTRODUÇÃO .....	1
2	DESCRIÇÃO DO CURRÍCULUM VITAE .....	6
3	REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O PERCURSO ACADÉMICO E PROFISSIONAL ...	14
4	REFLEXÕES GERAIS SOBRE O DIREITO PROBATÓRIO .....	20
4.1	Fases da Produção da Prova .....	22
4.2	As Provas Lícitas e Ilícitas .....	24
5	A PROVA TESTEMUNHAL. HISTÓRIA DA PROVA TESTEMUNHAL. A PROVA TESTEMUNHAL COMO RAINHA DAS PROVAS. ....	29
5.1	Direitos e Deveres da Testemunha .....	31
5.2	A Prova Testemunhal v/s Declarantes .....	35
5.3	Testemunha v/s Perito .....	35
6	APLICABILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL NOS TRIBUNAIS CÍVEIS EM ANGOLA .....	38
6.1	Actual Mapa Judiciário da República de Angola .....	38
6.2	Perspectivas do Novo Mapa Judiciário Angolano .....	39
6.3	A Competência dos Tribunais Angolanos em Matéria Cível .....	41
7	O FORMALISMO DO DEPOIMENTO TESTEMUNHAL NO SISTEMA ANGOLANO	44
7.1	As Inabilidades v/s Impedimentos da Testemunha .....	45
7.1.1	Inábeis por incapacidade natural .....	45
7.1.2	Inábeis por Incapacidade legal .....	46
7.2	Contradita v/s Acareação .....	48
7.3	A Necessidade de Conformar o Actual Código de Processo Civil Angolano às Novas Correntes de Prestação de Depoimento Testemunhal .....	50
8	OS ACTUAIS EDIFÍCIOS DOS TRIBUNAIS, SUA IMPLICAÇÃO NO DEPOIMENTO: A CONTAMINAÇÃO DA SALA DAS TESTEMUNHAS. ....	52
8.1	O Falso Testemunho .....	54
9	A SITUAÇÃO SÓCIO-GEOGRÁFICA DE ANGOLA E SUA INFLUÊNCIA NOS JULGAMENTOS CÍVEIS. ....	59
9.1	Desconhecimento do Paradeiro da Testemunha .....	61
9.2	Mudança de Residência da Testemunha .....	62

9.3	Morte de Parentes .....	63
9.4	Morte da Própria Testemunha .....	64
9.5	Doença da Testemunha.....	65
9.6	Recusa da Testemunha em Comparecer .....	66
9.7	Recusa da Testemunha a Depor.....	67
9.8	Litígios Vindos do Território da Jurisdição.....	68
9.9	Litígio, Parte e Testemunhas Vindos de Outra Jurisdição.....	69
9.10	Síntese das Causas Frequentes.....	71
9.11	O Juiz e a Valoração do Testemunho Prestado. Dificuldade da valoração do Testemunho para o Julgador Angolano.....	72
10	CONCLUSÃO .....	75
11	FONTES:.....	78
12	BIBLIOGRAFIA.....	79
13	ANEXOS 1: Mapa de Angola.....	82
14	ANEXO 2: Mapa das Estradas de Angola .....	83
15	ANEXO 3: Províncias de Angola .....	84
16	ANEXO 4: Distâncias das Principais Cidades de Angola .....	88
17	ANEXO 5: Tabela Ilustrativa das Províncias, Capitais e Municípios de Angola.....	89
18	ANEXO 6: Inquérito .....	91
19	ANEXO 7: Tabela Ilustrativa dos Resultados dos Inquéritos Realizados .....	94



# **1 INTRODUÇÃO**

A natureza humana é por si só insaciável.

Sócrates disse: «Só sei que nada sei.»

Quiçá porque impressionado por este paradigma de Sócrates (cuja filosofia só se conhece através dos escritos de Platão), na qualidade de técnico do Direito no Tribunal Provincial de Benguela na República de Angola, o fenómeno **Testemunha** para o ajuizamento de um caso concreto, de algum tempo a esta parte, tem aumentado o interesse do candidato pelo seu estudo e objectiva meditação.

Não obstante os longos conflitos armados, visando alcançar a independência (conquistada a 11 de Novembro de 1975), a verdade é que Angola, até 4 de Abril de 2002, conheceu dissabores enormes no campo militar que manifestamente afectou a vida das pessoas, mais concretamente, o modo de pensar, de agir, sem olvidar a dispersão dos povos pelo solo pátrio. O conflito trouxe ainda, entre outras consequências, a pobreza acentuada de umas regiões em detrimento de outras.

Trata-se de um país africano, situado na região setentrional-oeste deste continente, com uma extensão de 1.246.700 km<sup>2</sup> possuindo 18 províncias, 167 municípios, 554 vilas e inúmeras aldeias, distanciando muitas delas da capital da província em mais de 200 km com vias de acesso ainda ruins e os meios de transporte caros e nem sempre confortáveis.

É na sede das províncias que se situam, maioritariamente, os grandes serviços administrativos. Com os tribunais passa-se o mesmo, já que de *ius constituto*, os tribunais municipais apenas têm competência em matéria crime de julgar casos passíveis de pena correcional, não se lhes atribuindo competências em matéria laboral, administrativa e família e como se não bastasse nem todos os municípios do país possuem tribunais municipais.

Relativamente às questões cíveis, os tribunais municipais nos termos do disposto no art.º 38.º da lei 18/88 do Sistema Unificado de Justiça têm apenas competência para julgar questões civis de valor não superior a Akz. 100.000.00.

Angola é um país com uma sócio-geografia que ainda conhece inúmeras situações lamentáveis do ponto de vista do desenvolvimento e funcionalidade, se comparado com os grandes países europeus. O quotidiano institucional e das pessoas vai sendo marcado por circunstâncias várias, pelas realidades vividas pelos povos que nelas habitam, o que de alguma forma vai, igualmente, beliscando o bom desempenho das instituições na realização das tarefas que lhes estão cometidas.

Nos estados hodiernos, a justiça é um monopólio do Estado, querendo com isto dizer que cabe ao Estado, através dos tribunais, dirimir os conflitos de interesse entre os particulares ou entre os particulares e o Estado, despindo-se este do seu *ius imperium*.

Não obstante esta prerrogativa ser hoje um dos pilares dos Estados de Direito democráticos, o cidadão, na sua singularidade e individualidade, influencia no rumo que se dá aos litígios judiciais (em muitos casos), havendo mesmo situações em que ocorre uma flagrante violação do sentido de justiça.

A intervenção do cidadão comum ocorre através da figura de testemunha, sendo esta um meio de prova (entre outros), de que o Tribunal se serve para formar a sua convicção sobre os factos e, em função disto, exarar uma sentença que uma vez transitada em julgado se torna obrigatória.

A prova testemunhal é a mais usual judicialmente, ainda assim, pouco ou quase nada se escreveu sobre a mesma.

Na qualidade de Magistrado Judicial, verifica-se que se trata do meio de prova mais frequente nos Tribunais em Angola. No pouco tempo de estágio a que fomos submetidos nos Tribunais de Família e Cível da grande Lisboa (por ocasião da nossa participação ao XXIX curso de formação de Magistrados do CEJ, na modalidade de cooperante), verificámos que igualmente as partes tratam de dar primazia a este meio de prova no esclarecimento dos factos.

No caso particular da República de Angola, registamos com frequência a ausência de testemunhas, quer por passamento físico das mesmas, quer por se encontrarem em províncias ou municípios distanciados do tribunal, cuja deslocação acarretar-lhes-ia custos avultados. Além do mais, os meios de transporte, não fluem de forma satisfatória, e as próprias vias garantem pouco conforto e, subsequentemente, a viagem é posta em causa. Por enquanto, está afastada a hipótese do depoimento por vídeo-conferência.

Perante tais impedimentos, as partes preferem, por vezes, testemunhas indirectas, visando fazer prova do facto.

No caso concreto dos Tribunais, assiste-se a frequentes ausências das testemunhas, o que de alguma forma tem estado a prolongar em tribunal, a resolução dos processos, além do inevitável tempo da demora natural dos mesmos.

É a importância da prova testemunhal, no que contempla os resultados obtidos pelas presenças ou pelas ausências das testemunhas, bem como as consequências de um depoimento verdadeiro ou falso que este trabalho pretende expor, demonstrar e propor soluções, visando a obtenção do grau de Mestre em Direito na vertente de ciências jurídico-

processuais e na modalidade de Creditação de Competências Profissionais, pelo que a metodologia aplicada se estrutura da seguinte forma:

Descrição pormenorizada do *curriculum vitae* com reflexão crítica sobre o percurso académico e profissional do candidato;

Desenvolvimento de um tema que emerge da sua experiência profissional e, parcialmente, académica.

Sendo um pequeno ensaio composto de doze capítulos:

O primeiro faz uma panorâmica geral do trabalho.

O segundo ponto faz uma abordagem ao *curriculum* assente no desenvolvimento do mesmo, consubstanciado na formação académica e profissional que culminou com o exercício da função de Magistrado Judicial, cujo exercício é feito no Tribunal Provincial de Benguela. Segue-se uma reflexão crítica fundamentada e argumentada à luz da sua experiência profissional.

Do terceiro ao oitavo capítulo, faz-se uma incursão ao tema ora referido; sendo que:

No terceiro por onde se começa a abordagem do conteúdo, realiza-se uma análise genérica do Instituto do Direito Probatório, no qual se discorre sobre as fases da produção da prova, seguida de uma abordagem das provas lícitas e ilícitas.

O quarto capítulo aborda na generalidade a Prova Testemunhal, fazendo uma incursão das razões que apontam para que seja considerada como rainha das provas, seguida dos direitos e dos deveres que, em regra, se apontam como sendo das testemunhas.

Ainda no mesmo capítulo discerne-se sobre a dissemelhança entre a prova testemunhal e o declarante, a testemunha e o perito, assim como, a diferença que se apresenta entre os incidentes da contradita e da acareação.

Considerado um estudo que visa, do ponto de vista adjectivo, espelhar a importância da testemunha nos julgamentos cíveis, trata-se no capítulo quinto de evidenciar a actual divisão judiciária do tribunal comum em Angola, a competência destes tribunais em matéria civil, apresentando os respectivos fundamentos legais.

Estando em curso em Angola estudos tendentes à fixação, por via legal, de uma nova divisão judiciária no país e, em função da importância da mesma na respectiva sócio-geografia (até porque tal significa aproximação dos serviços de justiça às populações), a terminar este capítulo, apresenta-se uma breve abordagem das perspectivas de um novo mapa judiciário do país, realçando a importância da sua aprovação no plano nacional.

Conclui-se o capítulo, com a apresentação da competência dos tribunais angolanos em matéria cível.

O sexto capítulo fica reservado à abordagem atinente ao formalismo do depoimento testemunhal em Angola, e abarca uma incursão aos impedimentos e inabilidades das testemunhas, no exercício desta tarefa social.

Tratando-se de um tema cujo conteúdo é legal. Daí que, recorre-se ao C.P.C, de modo a melhor se expor e, sobretudo, fundamentar a abordagem no seu essencial ponto.

Entende-se, neste capítulo que é de todo oportuno falar-se dos incidentes da contradita e da acareação, que geralmente se constata ao longo do depoimento.

Termina-se o capítulo, discorrendo à volta dos métodos de depoimento por vídeo-conferência, uma técnica já usual um pouco por todo mundo, inclusive em Portugal, sendo uma metodologia de inquirição da prova testemunhal que, na República de Angola, de *ius constituto*, não consagra. Angola como país de área manifestamente extensa, verifica-se ao longo deste trabalho que, este meio, serviria como adequado a evitar deslocações das testemunhas assim como a substituição das testemunhas directas pelas indirectas.

O sétimo capítulo do trabalho aborda as infra-estruturas nas quais estão fixados os serviços dos Tribunais em Angola, destacando a importância de se edificar de raiz os tribunais, de modo a que os serviços se instalem da forma mais aceitável possível, integrando nos edifícios a sala das testemunhas, de modo a poder diminuir-se a contaminação do depoimento.

Continua-se neste capítulo, fazendo uma panorâmica breve acerca do falso depoimento, este passível de uma sanção a aplicar a todo o indivíduo que na qualidade de testemunha e/ou perito opte por dizer dolosamente inverdades ao tribunal, desde que tenha feito respectivo juramento, e advertido das sanções que incorre em tal caso, dado o fim que se busca nos processos judiciais, em virtude de ser esta uma forma de viciar o depoimento.

No oitavo capítulo, condensa-se aquilo que entendemos ser o *corpus* deste trabalho, já que, se apresenta aqui tudo o que se anotou ao longo do exercício do candidato como Magistrado. Anotam-se as causas mais frequentes das ausências das testemunhas nos julgamentos cíveis em Angola e respectiva síntese das causas frequentes.

Não se excluem as dificuldades do juiz e, em particular, do juiz angolano na valoração do depoimento, consubstanciado nas dificuldades atinentes à substituição das testemunhas directas pelas indirectas, em função das causas das ausências.

Dado o exposto e sendo a prova testemunhal um meio de prova com grande carga no convencimento do julgador, aliado ao facto de que, a adopção de outros meios de prova implica alguma injeção financeira; propõe-se neste trabalho, levar a cabo uma reflexão crítica e um estudo das implicações destes vícios e a respectiva influência na assertividade da justiça, concretamente, na República de Angola e no período pós independência.

Segue-se a conclusão, as fontes e a bibliografia.

Para um conhecimento mais circunstanciado do tema, convida-se a leitura do mesmo, informando porém que o presente trabalho foi redigido tendo em conta o anterior acordo ortográfico.

Tendo entrado em vigor em Setembro de 2013 na República Portuguesa um novo Código de Processo Civil, igualmente informa-se que toda e qualquer referência ao Código de Processo Civil em Portugal, refere-se ao código até então vigente.

## **2 DESCRIÇÃO DO CURRÍCULUM VITAE**

<b>Nome</b>	António Jolima José
<b>Morada</b>	N.º 63 – 3.ºFte, Av. Afonso Henriques, 2830 - 247; Barreiro - Lisboa/Rua paralela de Angola - Benguela, República de Angola.
<b>Telefone</b>	+351926323861/+244932548854
<b>Correio Eletrónico</b>	<a href="mailto:antoniojolima@gmail.com">antoniojolima@gmail.com</a>
<b>Nacionalidade</b>	Angolana
<b>Data de Nascimento</b>	10 de Outubro de 1972
<b>EXPERIÊNCIA PESSOAL</b>	
<b>Datas</b>	Desde Abril de 2012, até a presente data.
<b>Nome e endereço do emprego</b>	Ministério da Justiça da República de Angola; e em Comissão de Serviço na Comissão Nacional Eleitoral.
<b>Tipo de empresa ou sector</b>	Comissão Provincial Eleitoral de Benguela.
<b>Função ou cargo ocupado</b>	Presidente da Comissão Provincial Eleitoral (CPE).
<b>Principais actividades e responsabilidades</b>	Organizar, coordenar, dirigir e executar os processos eleitorais a nível da província; presidir as plenárias da CPE, auscultar os partidos políticos e demais agentes eleitorais,

dirimir conflitos eleitorais não subsumíveis ao código de conduta eleitoral; e, administrar o património e recursos da CPE na província.

<b>Datas</b>	2 de Junho de 2008 a Abril de 2011
<b>Nome e endereço do emprego</b>	Ministério da Justiça da República de Angola
<b>Tipo de empresa ou sector</b>	Tribunal Provincial de Benguela, Sala do Cível, Administrativo e Laboral.
<b>Função ou cargo ocupado</b>	Juiz de Direito.
<b>Principais actividades e responsabilidades</b>	Dirimir conflitos de interesse de natureza cível, Administrativo e laboral.
<b>Datas</b>	Outubro de 2004 a Julho de 2008.
<b>Nome e endereço do emprego</b>	Ministério da Justiça da República de Angola.
<b>Tipo de empresa ou sector</b>	Tribunal Provincial de Benguela – Sala dos Crimes Comuns, 1.ª Secção.
<b>Função ou cargo ocupado</b>	Juiz Municipal
<b>Principais actividades e responsabilidades</b>	Dirimir conflitos de natureza crime, puníveis com pena correcional.

## **FORMAÇÃOACADÉMICA E PROFISSIONAL**

<b>Datas</b>	2010 – 2011
<b>Nome e tipo da organização de ensino ou formação</b>	Formação no Centro de Estudos Judiciários; CEJ-Lisboa – República Portuguesa.
<b>Principais disciplinas/competências profissionais</b>	<p>Maiores habilidades técnicas – jurídicas no tratamento das questões adjectivas de natureza: Civil, Penal, Laboral, Administrativo, Família, Menores e Direitos Fundamentais.</p> <p>Maior aprofundamento do Direito Substantivo das jurisdições acima referidas.</p> <p>Um aceitável conhecimento do funcionamento do sistema de justiça na República Portuguesa.</p>
<b>Designação da qualificação atribuída</b>	Auditor cooperante do XXIX curso do CEJ/Lisboa.
<b>Datas</b>	07 a 09 de Julho de 2008
<b>Nome e tipo da organização de ensino ou formação</b>	Seminário sobre custas judiciais - No INEJ - Instituto Nacional de Estudos Judiciários.
<b>Principais disciplinas/competências profissionais</b>	Aprofundou conhecimentos em matéria de custas judiciais.
<b>Designação da qualificação atribuída</b>	Auditor
<b>Datas</b>	Março de 2008
<b>Nome e tipo da organização de ensino ou formação</b>	Curso de seis meses, conducente à ascensão da categoria de Juiz de Direito pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial e INEJ.



<b>Principais disciplinas/competências profissionais</b>	Conferiu-lhe maiores habilidades em Direito Adjectivo e Substantivo, Civil, Penal e Laboral, Custas Judiciarias e Língua Portuguesa.
--	--

<b>Designação da qualificação atribuída</b>	Juiz de Direito
---	-----------------

<b>Classificação obtida (se aplicável)</b>	Bom
--	-----

<b>Datas</b>	2001 – 2007
--------------	-------------

<b>Nome e tipo da organização de ensino ou formação</b>	Conclusão do Curso Superior de Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, na República de Angola.
---	---

<b>Principais disciplinas/competências profissionais</b>	Dotou-se de uma concepção técnico-jurídica do mundo do Direito, destacando-se as matérias atinentes às cadeiras de: INESDI, Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Laboral, Direito da Família, Direito dos Recursos Naturais, Direito Constitucional, Direito Internacional e Filosofia do Direito.
--	---

<b>Designação da qualificação atribuída</b>	Licenciado em Direito.
---	------------------------

<b>Classificação obtida (se aplicável)</b>	12 Valores
--	------------

<b>Datas</b>	Julho de 2006
--------------	---------------

<b>Nome e tipo da organização</b>	Participa no Fórum Nacional sobre a Administração da
-----------------------------------	--

<b>de ensino ou formação</b>	Justiça nos Tribunais Municipais – projecto PIR/PALOP.
<b>Principais disciplinas/competências profissionais</b>	Habilitações no tratamento das questões da competência dos Tribunais Municipais.
<b>Designação da qualificação atribuída</b>	Auditor
<b>Datas</b>	Março a Abril de 2006
<b>Nome e tipo da organização de ensino ou formação</b>	1.º Curso Complementar para Magistrados Municipais-INEJ-Angola.
<b>Principais disciplinas/competências profissionais</b>	Aprimorou os conhecimentos em matéria de Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Administrativo, Direito Judiciário e Língua Portuguesa.
<b>Designação da qualificação atribuída</b>	Auditor
<b>Datas</b>	1996 à 2005
<b>Nome e tipo da organização de ensino ou formação</b>	Conclusão do curso Superior de Ciências da Educação – Opção/História (ISCED-Benguela), da Universidade Agostinho Neto, na República de Angola.
<b>Principais disciplinas/competências profissionais</b>	Dotou-se de competências Técnico-Pedagógicas na Cadeira de História.

<b>Designação da qualificação atribuída</b>	Licenciatura em História
---	--------------------------

<b>Classificação obtida (se aplicável)</b>	14 Valores
--	------------

<b>APTIDÕES</b>	<b>E</b>
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
<b>PESSOAIS</b>	

Adquiridas ao longo da vida ou da carreira, mas não necessariamente abrangidas por certificados e diplomas formais.

<b>PRIMEIRA LÍNGUA</b>	Língua Portuguesa
------------------------	-------------------

<b>OUTAS LÍNGUAS</b>	Inglês
<b>Compreensão escrita</b>	Elementar.
<b>Expressão escrita</b>	Elementar.
<b>Expressão oral</b>	Elementar.

<b>APTIDÕES</b>	<b>E</b>	Na qualidade de presidente da CPE, durante os períodos formativos e não só, se desloca com frequência aos municípios, visando aferir a forma como está a decorrer o processo formativo.
<b>COMPETÊNCIAS SOCIAIS</b>		É integrante do grupo desportivo de velhas glórias na cidade, por ser antigo praticante.
<b>Conviver e trabalhar com outras pessoas, em meios multiculturais, em funções onde a comunicação é importante e situações onde o trabalho de equipa é essencial (por exemplo, a nível cultural e desportivo), etc.</b>		

**APTIDÕES  
COMPETÊNCIAS  
ORGANIZAÇÃO**

**Por exemplo coordenação e gestão de pessoas, projectos, orçamentos; no trabalho, em trabalho voluntário (por exemplo, a nível cultural e desportivo) e em casa, etc.**

**E  
DE**

Durante este tempo conviveu sempre com discentes no nível médio e há mais de quatro anos lecciona na Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Bwila na República de Angola, onde é docente de Direito Processual Civil-I e coordenador da área de Jurídico - Civil.

Coordena como Presidente, um grupo de jovens que na cidade de Benguela tem estado a participar há mais de 10 anos nos campeonatos provinciais e municipais de futebol.

**APTIDÕES  
COMPETENCIAS  
TECNICAS**

**Com computadores, tipos específicos de equipamentos máquinas, etc.**

**E**

Habilitado no trato com computadores na óptica do utilizador, mormente na digitação de documentos e outros mais, pois frequentou um curso no Centro de Formação Universo, em Benguela.

**APTIDÕES  
COMPETÊNCIAS  
ARTISTICAS**

**Música, escrita, desenho, etc..**

**E**

Amigo da música e do teatro e da escrita, estando presentemente a escrever uma obra sob o título:  
Os labirintos do Direito Processual Civil – I.

**OUTROS APTIDÕES  
COMPETÊNCIAS**

**E**

Possui Cursos de:  
- Operador de Informática  
- Curso de Contabilidade  
- Contabilidade Informatizada

**COMPETÊNCIAS**

**Competências que não tenham sido referidas acima.**

**CARTA(S) DE CONDUÇÃO**

Conduz desde 2008, cuja carta tem o n.º BG-51404.

**INFORMAÇÃO  
ADICIONAL**

Dr. Manuel Matsine – Exmo. Procurador no Tribunal do Barreiro.

Dr. André da Silva Neto – Venerado Conselheiro do Tribunal Supremo e Presidente da Comissão Nacional Eleitoral/Angola.

Dr. Simão de Sousa Victor – Venerado Conselheiro do Tribunal Supremo e Vice Presidente do CSMJ/Angola.

Dr. Cristino Molares de Abril e Silva – Venerando conselheiro do Tribunal Supremo/Luanda.

Dr. João Carlos da Silva Antunes Pedro – Sub - procurador Provincial da República de Angola – Benguela.

Dr. Mateus Sicote – Exmo. Decano da Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Bwila.

Dr. Leonardo Pedro – Director da Mediateca de Benguela.

### **3 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O PERCURSO ACADÉMICO E PROFISSIONAL**

Com a paz, Angola vai crescendo a passos significativos rumo ao seu amplo desenvolvimento o que, naturalmente, trará um crescimento salutar a toda a nação e consequentemente, também às instituições. Basta ver que de 2004 a 2008 o PIB foi de 17%, sendo considerada uma “mini idade de ouro”, já que foi o maior crescimento económico em África e um dos maiores no mundo<sup>1</sup>

Assim é que, à semelhança do Centro de Estudos Judiciários – C.E.J na República Portuguesa, criou-se em Angola o Instituto Nacional de Estudos Judiciários - INEJ, um Instituto vocacionado para a formação de Magistrados Judiciais, Magistrados do M.Pº e pessoal técnico- administrativo dos tribunais, entre outros.

Nesta senda, o candidato, após apuramento nos testes escritos e orais, foi admitido com 14 valores a frequentar o 1.º curso de Magistrados Judiciais de nível Municipal naquela instituição, numa altura em que era somente estudante do 2.º Ano em Direito, embora na altura já contasse com uma formação Superior em Ciências da Educação (ISCED) opção – História.

Com uma duração de um ano lectivo entre a fase teórica e prática, a mesma foi ministrada por Juízes Conselheiros do Tribunal Supremo e Vice Procuradores da República, destacando-se:

O Venerando Presidente do Tribunal Supremo, Dr. Cristiano André

O Venerando Dr. André da Silva Neto

O Venerando Dr. Simão de Sousa Victor

O Venerando Dr. Tubias Epalanga

O Venerando Dr. Alberto William

O Meritíssimo Juiz Augusto Escrivão.

O malogrado Meritíssimo Juiz Augusto Fulevo.

Trata-se de eminentes figuras da judicatura angolana, muitos deles com longos anos de experiência, visto que começaram a trabalhar nos tribunais ainda na categoria de escrivão no tempo colonial<sup>2</sup> e beneficiaram inúmeras vezes de formação no exterior, destacando-se o

---

<sup>1</sup> Vide Relatório Económico de Angola de 2011, elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, da Texto Editores de Angola, Lda, 2012,pág. 74.

Ou ainda:

Relatório Económico de Angola de 2012, elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, da Texto Editores de Angola, Lda, 2013, pág. 216.

<sup>2</sup>Período de dominação de Angola por Portugal.

Brasil e CEJ em Portugal, onde frequentaram cursos diversos nos Centros de Formação de Magistrados e estágios em vários tribunais.

Desta formação, o candidato ficou aprovado e em Outubro de 2004 toma posse no Tribunal Provincial de Benguela, na Sala dos Crimes Comuns, 1.<sup>a</sup> Secção, onde trabalhou durante três anos.

Nesta altura, o candidato possuía o grau de Licenciatura em Historia e frequentava o 3.º Ano do curso de Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto<sup>3</sup>.

Na qualidade de Juiz Municipal, competia-lhe julgar os crimes puníveis com pena correcional, ou seja, de 03 dias a 2 anos, experiência bastante enriquecedora porquanto, inúmeros foram os casos julgados, distintos uns dos outros na sua complexidade, chegando a transmitir-lhe assim experiências de juiz do foro criminal.

Processos vários tivemos de decidir, abrangendo, entre outros, os seguintes crimes: posse ilícita de arma, posse de estupefaciente, consumo de estupefaciente, estupro, atentado ao pudor, roubo, furto, ofensas corporais, danos, contravenção de condução ilegal, arruaças; totalizando mais de 1000 processos.

Enquanto Magistrado Judicial de nível Municipal em Benguela, o candidato foi continuando a frequentar o seu curso superior de Direito na Universidade Agostinho Neto, vindo a terminar a formação em 2007, numa altura em que o INEJ, levava a cabo pela segunda vez um curso de promoção de Juízes Municipais a Juízes de Direito, para todos que concluíram as suas Licenciaturas em Direito.

Após aceitação da sua candidatura, participou com êxito naquele curso, cuja duração foi de um semestre, vindo a ser nomeado Juiz de Direito do tribunal provincial de Benguela, em Outubro de 2008.

De 2008 a Setembro de 2010, trabalhou no tribunal provincial de Benguela, desta vez na sala do Cível, Administrativo e Laboral, onde levou a cabo um trabalho técnico- jurídico modesto, mas digno de realce por causídicos, quiçá dado o acumular da função de juiz com a de docente da cadeira de Direito Processual Civil I no núcleo de Direito da Universidade Agostinho Neto em Benguela, agora Universidade Katyavala Bwila.

Durante este período, do ponto de vista formal, foram por nós ajuizados mais de 900 processos na vara Cível, Laboral e Administrativo (entre julgamentos, tentativas de conciliação e conferências), com maior realce aos processos de natureza cível, de que se

---

<sup>3</sup> Ao contrário da regra e dada a insuficiência de quadros formados em direito na altura, o INEJ admitia para Magistrados de nível municipal, aqueles que não possuíam licenciatura em direito.

destacam, em grande medida, as acções declarativas, executivas, inventários orfanológicos, recursos em matéria disciplinar e a impugnação dos actos administrativos. Para a condução destes processos o candidato interagiu com os sujeitos processuais, ouviu depoimentos, lógico que provou dificuldades, concedeu audiências e não se soçobrou às pressões feitas por várias formas.

Como bem se sabe, o Direito Civil exige uma atenção e um estudo constante dos vários institutos pelo que tivemos de nos “vergar” mais ainda à lei, à jurisprudência e à doutrina o que, indubitavelmente, elevou o seu conhecimento jurídico-processual, sem esquecer os sábios conselhos, técnicos e deontológicos, que foi recebendo dos experientes Magistrados com quem contactou, nomeadamente o Dr. Juiz e Presidente Cristino Molares de Abril e Silva<sup>4</sup> e o já malogrado Dr. Juiz Pedro Mário Domingos.

Em Setembro de 2010, começava na República Portuguesa o XXIX curso de Magistrados Judiciais e do MP.º, razão pela qual e porque seleccionado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial frequenta aquele curso, na companhia de mais 3 colegas, iniciando em Setembro aquela formação, na modalidade de Cooperante, tendo sido colocado na sala 1 e grupo A.

De um modo geral, com aquele destacamento, por um ano no CEJ, veio a beneficiar a República de Angola, mas obviamente, que do ponto de vista pessoal, muito também enriqueceu o candidato, que teve a oportunidade de “vir beber se não da fonte do Direito, pelo menos, muito próximo dela.”

Tal como em Angola, os docentes do CEJ, são maioritariamente Magistrados Judiciais e/ou do MP.º, o que quer dizer, pessoal dotado de vasta experiência profissional e académica (aliás quero muito acreditar que são estes os critérios a que se lança mão para seleccionar os docentes nestas escolas). Nomes como:

Juiz Desembargador – Manuel Tomé Soares Gomes

Juiz Desembargador – Luís Gominho

Meritíssima Juíza Maria João M. Pinto de Matos

Meritíssimo Juiz Luís Filipe Pires de Sousa

Meritíssima Juíza Helena Bolieiro

Meritíssima Juíza Maria Gomes Bernardo Perguilhas

Meritíssimo Juiz Carlos Gabriel D. Castelo Branco.

---

<sup>4</sup>Hoje Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo.



Ficaram registados nos “anais” da memória do candidato em “letras de ouro”, dados os ensinamentos que deles recebeu.

Regressado a Angola e na jurisdição civil implementou forte dinamismo no tratamento das questões, exarando sentenças com argumentos cada vez mais técnicos e doutrinários, tidos como uma inovação no mundo do Direito.

Tratando-se Angola de um país que tudo faz para se estabilizar do ponto de vista político, visando a realização das eleições de 2012, em 2011, tiveram início as discussões de um amplo pacote legislativo na Assembleia Nacional, atinente às regras orgânicas e funcionais que devem balizar as Eleições Gerais no país.

Do pacote, destaca-se a lei 12/12 de 13 de Abril de 2012, e a lei 36/11 de 21 de Dezembro, que estabelece que a C.N.E e os seus órgãos locais<sup>5</sup> sejam presididas por Magistrados Judiciais, por um mandato de cinco anos renováveis.

É nesta base que o candidato após concurso curricular vem a ser nomeado pelo CSMJ da República de Angola como Presidente da Comissão Provincial Eleitoral da província de Benguela, cargo que até hoje vem desempenhando.

A par disto é hoje docente em regime de colaboração na Universidade Katyavala Bwila, leccionando as cadeiras de Direito Processual Civil I, II e III e no Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Angola em Benguela, onde presentemente lecciona a cadeira de Prática Forense.

A ciência do Direito bebeu e vem bebendo muito da Antiguidade Grego Romana. Tanto assim é que muitos princípios latinos, espelham aquilo que na verdade são no mundo hodierno e desde sempre os grandes pilares dos princípios do Direito.

Na contemporaneidade, é comum afirmar-se que o bom entendimento do Direito, fundamentalmente dos seus princípios passa por uma compreensão das línguas latinas.

Lamentavelmente, o estudo da língua latina não faz parte do programa de estudos de Licenciatura do curso de Direito na Universidade Agostinho Neto em Angola, não obstante o uso frequente daquelas expressões em bibliografia diversa, lições e jurisprudência.

Assim sendo, salienta-se que é de todo salutar que no plano de curso da licenciatura em Direito conste a disciplina de Introdução ao Latim de modo a que o estudante possa habilitar-se com conhecimentos que o ajudem a conhecer a língua e, fundamentalmente, a expressá-la, para o uso correcto das expressões latinas de índole jurídica, naquelas situações em que tal se impusesse.

---

<sup>5</sup> Comissões Provinciais Eleitorais e Comissões Municipais Eleitorais.

Recentemente observa-se que já vão surgindo Universidades que amiúde foram introduzindo no programa de estudo de licenciatura em Direito esta disciplina, o que de alguma forma propiciará aos seus formandos conhecimentos para melhor expressão da língua, por comparação aos que não tiveram a oportunidade de a aprender. Cite-se, a exemplo, o programa do curso de licenciatura em Direito da Universidade Jean Piaget em Angola, que inclui a cadeira de Latim no 1.º ano.

A questão agrava-se, porquanto o latim é das línguas que pouco proliferou em Angola, de modo que a sua aprendizagem por convivência diária torna-se rara, se não mesmo impossível, daí que incrementá-la no seio académico, seria o ideal.

Na qualidade de Magistrado, o candidato tem privado com estas dificuldades; ainda assim sempre que convicto, tem feito uso das expressões latinas nas suas peças jurídicas.

Ressalve-se que a questão hoje está a ser ultrapassada devido ao contacto frequente com missionários católicos que leccionam nas faculdades Katyavala Bwila e Jean Piaget em Benguela.

Existem em direito, diversos meios de provas, sendo porém objecto deste trabalho e dada a sua frequência, a prova testemunhal.

Em regra, tem-se definido a testemunha como uma pessoa alheia ao litígio, porém que se apresenta ao Tribunal de modo a auxiliar este órgão na realização da justiça; já que, como bem disse o Prof. Antunes Varela, “o dever de colaboração na descoberta da verdade, não atinge somente as partes embora a elas se dirija em primeira linha; estende-se também a terceiros, atento o interesse público da boa administração da justiça, que necessita da exacta reconstituição da justiça, que necessita da exacta reconstituição da situação de facto a julgar”<sup>6</sup> - fim de citação.

Quem são estes terceiros a que se refere aquele célebre professor?

Evidente que são os peritos e testemunhas. Porquanto a realização da justiça, esta que conduzirá a paz social, é um interesse público e que por todos deve ser preservado; aliás “o direito não se dirige ao homem isolado, é um fenómeno social”<sup>7</sup>

Os peritos, exercem esta tarefa no processo, em função da sua especialização; ao passo que a testemunha fá-lo independentemente da sua tarefa social. Quiçá dada esta particularidade; a prova testemunhal tem sido a mais usada nos processos judiciais; sendo que, as ausências delas tem obstaculizado não poucas vezes a realização dos julgamentos; daí que, que julgamo-la como a mais importante das varias admitidas por lei.

---

<sup>6</sup>VARELA, Antunes-in **Direito Processual Civil-I**, pág 478

<sup>7</sup> ASCENSÃO, José de Oliveira-**O Direito-Introdução e Teoria Geral**.13.ªediç.Pág.23.

No caso particular de Angola, aliado a sua situação de país em via de desenvolvimento, saído recentemente de um conflito militar interno que fez com as políticas governamentais estivessem mais viradas a defesa da soberania; as instituições até prevalecer o estado de guerra, pouco ou quase nada se desenvolveram; só marcando muitas destas passos significativos pós acordos de paz. No caso particular dos Tribunais, vide que para um país de 1.246.700 km<sup>2</sup>; com 18 províncias, 167 municípios e mais de 500 vilas, tem apenas 19 Tribunais provinciais e 23 municipais; não obstante o projecto de lei existente que visa traçar o novo mapa judiciário na República de Angola; o que muito irá aproximar os Tribunais ao cidadão; sem descurar a cada vez crescente intelectualidade em matéria de formação académica e profissional.

Assim, o país vai crescendo; e com ele também as diversas relações inter-humanas; que propiciam óbvio desenvolvimento; mais também litígios muitos destes resolvidos por via do Tribunal e com recurso aos meios de prova.

Num país nestas condições é evidente que a prova testemunhal se apresenta como o meio adequado para produzir provas em juízo, sobretudo ali onde os demais meios são ainda inimagináveis.

Visando aferir as diversas causas de ausência das mesmas, a sua substituição por testemunhas indirectas nos julgamentos cíveis em Angola, elaboramos este humilde trabalho, como contributo de um estudo que se impõe acerca da importância da prova testemunhal em Angola.

## **4 REFLEXÕES GERAIS SOBRE O DIREITO PROBATÓRIO**

Um país democrático e de direito é aquele que garante e protege os direitos dos cidadãos diante das ofensas praticadas por outrem, e/ou pela própria administração pública, abrindo os caminhos para que possam fazer valer os seus direitos no órgão competente.

O art. 29.º n.º1 da L.C. da República de Angola prevê o recurso aos tribunais, explicitando que:

«A todos é assegurado o acesso ao direito e aos Tribunais, para a defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência dos meios económicos-acesso ao direito e tutela jurisdiccional efectiva.»<sup>8</sup>

Para a apreciação dos factos e sua subsequente decisão, o Tribunal recorre aos meios de provas apresentadas pelas partes como é de conhecimento geral, pelo que, a abordagem do tema sobre a prova, decorre da liberdade que as partes tem de no exercício do direito a defesa, escolherem as provas que lhes convierem para sustentarem os seus interesses e pretensões; fazendo recurso a feliz passagem de Rui Manuel de Freitas Rangel:

“O direito à prova, surge no nosso ordenamento jurídico processual constitucional como motivação natural, por um lado, da garantia da acção e da defesa e, por outro, como uma emanção dos direitos, liberdades e garantias que merecem tutela jurisdiccional, pela garantia de, por via da acção e da defesa, as partes conflituantes terem o direito de, querendo, utilizarem os meios de prova que a lei coloca à disposição, ou outros admitidos como tal”<sup>9</sup>

Tal, significa dizer que a procedência de uma pretensão em juízo, depende da prova alegada. A propósito afirma M. Domingos que: - “Los juicios se ganan y se pierden según sea el resultado de la prueba.”<sup>10</sup>

Reflecte-se a seguir sobre:

### **O que são prova? Como obtê-las? Como produzi-las em juízo?**

As respostas cabem no âmbito do Instituto Jurídico do Direito Probatório.

### **Conceitos de prova:**

---

<sup>8</sup> Disposição prevista na constituição de todos os Estados de Direito democráticos, como se pode ler a título de exemplo na C.R.P., mormente no seu art. 20.º.

<sup>9</sup> Apud. RANGEL, Rui Manuel de Freitas-**O Onus da Prova no Processo Civil**, 3ªedic. Pág. 75

<sup>10</sup> Os juízos se ganham e se perdem segundo seja o resultado da prova --, DOMINGUES, Manuel Serra- in **estudios de derecho procesal**, ed. ariel, Barcelona, 1969, pag. 356 citado por GOZAÍNI, Osvaldo A- **In Formas Alternativas para Resolución de Conflictos**. Pág. 341.

A palavra prova, deriva do vocábulo latino *probe* que significa correctamente, bom, honradamente.

Para outros autores em especial de origem no direito romano, deriva da palavra *probandum* que significa recomendar, aprovar, experimentar, fazer fé.

Para Castro Mendes, prova “é o pressuposto da decisão jurisdicional que consiste na formação, através do espírito do julgador, da convicção de que certa alegação singular de facto é justificavelmente aceitável como fundamento da mesma decisão.” Para Teixeira de Sousa, é “a actividade realizada em processo tendente a formação da convicção do tribunal sobre a realidade dos factos controvertidos, isto é, a actividade que permite formar na mente do julgador a convicção de que resolve as dúvidas sobre os factos carecidos de prova.”<sup>11</sup>

Entende-se por prova a demonstração ou reprodução dos factos principais ou instrumentais da causa, nos autos, de modo a que o juiz possa ter uma ideia de valor e assim pronunciar-se da procedência ou improcedência do alegado pelas partes, quer se trate de um facto essencial, quer se trate de um facto instrumental.

Na verdade, trata-se de um direito instrumental de outros direitos já que por meio da sua exacta comprovação, dos factos *sub judice*, o cidadão poderá obter o provimento da sua pretensão e concomitantemente a reintegração do seu direito por parte do tribunal.

As provas são, portanto, produzidas nos autos a fim de serem apreciadas pelo julgador.

A propósito, diz Gozaíni “No escapara a la inteligencia de cualquiera que los estúdios sobre la prueba son realizados, habitual e logicamente, en función del processo judicial”<sup>12</sup>.

Cada uma das partes tem uma versão e uma posição diferente diante dos mesmos factos, até porque só um entendimento diferente do mesmo facto entre elas pode conduzir ao litígio.

Ainda assim, factos há que não carecem de prova, como são os incontrovertidos e notórios. Os primeiros em virtude de não haver discordância sobre eles, e os segundos por serem do conhecimento geral de um *bonus pater familiae* ou seja do domínio de uma pessoa mediana, em função da sua convivência social.

### **Por ordem de valor, as provas podem ser:**

---

<sup>11</sup> Apud. RANGEL, Rui Manuel de Freitas- **Ob. Cit.** pág. 22

<sup>12</sup> – GOZAÍNI, Osvaldo A. – **Ob. Cit.**- Pág. 341.

**Prova bastante**- aquela que permanece na consciência do juiz, sempre que nele não se tenha instalado dúvida alguma sobre a mesma, já que, havendo mera contraprova, ela cede. Por exemplo: nos casos em que a parte procura provar um facto mediante apresentação de um documento particular e o réu refere que não reconhece a assinatura constante no documento, exigindo-lhe, neste caso, a comprovação do facto por outro meio de prova

**Prova plena**- aquela que só cede perante a prova do contrário, não bastando apenas a simples dúvida (exemplo: num litígio em que a parte apresenta uma escritura, caberá fazer-se prova de que são falsos ou o conteúdo ou o respectivo documento de escritura pública).

Dentro da prova plena, há que distinguir a prova plena simples no qual qualquer meio lícito é idóneo para que se faça a prova do contrário (ex: presunções *iuris tantum*), e a prova plena qualificada na qual a prova do contrário só é admissível pelas vias previstas na lei (ex: a prova por confissão e a prova documental) -vide artsº 347.º, 393.º n.º2 e 351.º do CC;

**Prova pleníssima** - aquela que é irrefutável, que no todo não é abalada por outra prova nem o admite. É o caso das presunções *iuris et de jure*<sup>13</sup>, salvo a prova de que o facto base não ocorreu.

#### ***4.1 Fases da Produção da Prova***

O Direito Processual Civil, entendido como ciência reguladora dos actos e formalidades a observar em juízo cível, desde a propositura da acção, até a decisão que lhe ponha termo; sendo a produção da prova um dos vários nesta cadeia de actos, esta sujeita aos ditames dos princípios e normas processuais.

Para tal apontam-se as seguintes fases da produção da produção da prova:

- 1- **Proposição ou requerimento da prova** - trata-se do momento em que, a parte indica ao juiz os meios de prova que julga úteis para a reprodução adequada aos factos e requer a sua admissão.  
Regra geral, a proposição faz-se na petição inicial e contestação para o autor e réu, respectivamente.
- 2- **Admissão** - fase em que o magistrado avalia se a prova apresentada pode ser produzida no processo e no facto concreto. Sendo este o momento para aferir da licitude da prova sem detrimento de o poder voltar a fazer em fases posteriores. A prova só é pertinente quando é susceptível de reproduzir ou demonstrar os factos em causa no processo em concreto.

---

<sup>13</sup> BAPTISTA, José João - **Processo Civil - I. Parte Geral e Processo Declarativo**. 8ªedic. págs 424 e 425

3- **Execução ou realização** - A realização da prova, é diga-se, um direito das partes judiciais, sendo através delas que as mesmas procuram provar, em juízo, a veracidade dos factos alegados.

Para que as normas jurídicas possam ser aplicadas e o processo possa cumprir o seu fim, necessário se torna que os factos relevantes à decisão da causa sejam "reproduzidos" no processo pelas partes, sendo, portanto, nesta fase que as partes em juízo procuram demonstrar os factos.

Constata-se que as normas que regulam o modo como as provas são requeridas e o modo de as produzir em juízo configuram o direito probatório formal, regulados no Código de Processo Civil; pelos artigos 513.º a 645.º; em contraposição ao direito probatório material, regulado no Código Civil e constituído por um conjunto de normas que regulam a admissibilidade da prova, o ónus da prova, a inversão do ónus da prova, bem como o valor das mesmas. (vide art 341.º a 395.º do CC).

As provas podem ser constituídas<sup>14</sup> e pré-constituídas<sup>15</sup>.

Ainda assim, o direito de produzir provas em Direito, como uma garantia constitucional das partes, está sujeito a limitações, que concretamente se assinalam:

- a) As situações em que a lei orienta que certo facto só se prove por escritura pública; exemplo: nos contratos de compra e venda de bens imóveis art. 875.º do CC; nos contratos de mútuo nos termos do art. 1143.º do CC; isto acoberto do disposto no art. 219.º e 220.º do C.C.
- b) As que para a prova de certo facto tenham as partes declarado, expressamente, na declaração negocial de que a prova deste ou daquele facto não seria feita em caso de litígio, mediante a prova testemunhal. (vide artigos 392.º, 393.º e 394.º do CC);
- c) Uma terceira limitação do direito de produzir provas decorre da própria lei adjectiva, quando obsta que certa qualidade de pessoa não possa ser ouvida como testemunha, por ser inábil para depor ou recuse legitimamente.

---

<sup>14</sup> Aquelas que Constituem-se no decurso da instrução, sendo exemplo destas a prova pericial, a prova testemunhal e o depoimento de parte.

<sup>15</sup> Aquelas que existem por si só, independentemente do litígio entre as partes, exemplo a prova documental.

## **4.2 As Provas Lícitas e Ilícitas<sup>16</sup>**

O direito a prova surge no ordenamento jurídico português com assento constitucional, mormente no seu art. 20.º, no qual se evidencia o princípio de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efectiva.<sup>17</sup>

Tal implica dizer que ao Tribunal compete atender todas as provas produzidas no processo, desde que lícitas, independentemente da sua proveniência (Princípio da aquisição processual art.º 515.º n.º 1 do C.P.C.).

Na senda deste princípio, conclui-se que o tribunal, em defesa da protecção jurídica dos cidadãos e do direito destes ao acesso aos Tribunais; deve permitir que as partes em benefício próprio façam uso dos meios de prova que mais lhes convierem, pelo que a recusa de qualquer meio de prova deve ser devidamente fundamentada, neste aspecto quer em termos legais, quer em termos doutrinários, não se admitindo portanto a discricionariedade judicial.

Ainda assim, importa referir que o direito à produção de prova em juízo não significa dizer que não haja limitações de carácter substantivo, porquanto este direito de produzir provas em juízo, não pode de modo algum sobrepor-se aos mais nobres direitos na obtenção das mesmas.

Ao contrário do que talvez seria lógico, e não obstante a importância das provas para a procedência de uma acção, elas não se obtêm a qualquer custo.<sup>18</sup> Em regra, não é válida a obtenção da prova com recurso a violação dos direitos de outrem o que significa dizer que a produção da prova deve ser submetida sempre a um processo próprio. (Princípio da Proibição da Prova Ilícita).

A obtenção da prova tem de ser legal, para que o julgador possa apreciá-la. Assim é que, no que concerne à compreensão do conceito de prova ilícita, destacam-se três correntes:

- a) Aqueles que defendem que toda e qualquer prova independentemente do modo como foi obtida é de admitir. Entende-se que esta posição é inadmissível, pela sua susceptibilidade de legitimar violações aos direitos, liberdades e garantias fundamentais da pessoa humana já que, nesta senda, seria normal torturar-se alguém com o fim de provocar uma confissão (o que seria diga-se o regresso aos cruéis e censuráveis métodos da antiguidade -as ordálias);

---

<sup>16</sup> Não se pretende aqui abraçar e tirar partido da discussão doutrinal acerca da diferença da prova ilegítima, ilícita, obtida mediante violação do direito material.

<sup>17</sup> Infere-se, porquanto o acesso à justiça se faz mediante apresentação e produção das provas em tribunal.

<sup>18</sup> Ao contrário das ordálias e da confissão, esta última que por ser considerada rainha das provas, não se olhava a meios para obtê-la, destacando-se mesmo o uso da coacção física.



- b) Os que defendem a admissibilidade destes meios de prova com restrições, devendo a questão ser resolvida caso a caso e tendo em conta as circunstâncias do caso concreto e a ponderação dos valores em jogo; e,
- c) Aqueles que defendem a ideia da inadmissibilidade dos meios de prova obtidos ilicitamente, com o fundamento de que é de todo inaceitável que a parte, recorrendo a um meio ilícito, obtenha sucesso que não conseguiria obter de forma lícita.

Afirma-se em consciência, que a doutrina maioritária pugna pela terceira corrente. Porém, a nossa prática como julgadores conduz-nos a defesa da segunda.

Subjazem ao descrito na alínea c) subjectivismos que podem tomar conta do sentido das instituições e do dever de cumprir dos seus agentes, a ponto de fazerem prevalecer um interesse pessoal ou de grupo em prejuízo de uma obrigação funcional. Atente-se, por exemplo, num litígio entre o cidadão comum que detém a posse titulada e de boa fé sobre um prédio rústico por cedência do órgão competente embora o tenha extraviado, e é surpreendido pela ocupação do referido espaço, por uma multinacional que apresenta um documento recente, mas obtido com o conluio dos agentes do órgão competente. Tendo o sujeito extraviado o título, caberá obviamente ao tribunal notificar o órgão competente a luz do princípio da interdependência de funções que norteia a separação de poderes dos estados democráticos, tendo como base o princípio da cooperação.

Ainda assim, coloca-se a questão seguinte: se se tratar de um *complot*, do qual fazem parte altos funcionários do órgão competente? *Quid iuris?*

É evidente que a resposta será ainda assim a mesma. O tribunal deve insistir na notificação, até porque nos termos do art. 174.º n.º 3 da L.C da República de Angola; todas as entidades devem contribuir para com o tribunal, na realização da justiça, sem com isto beliscar a separação de poderes que , deve estar bem presente num estado que se afirma democrático e de direito, como já afirmado.

Será de todo expectável, nestas circunstâncias, que o solicitado como prova saia daquele órgão ou da administração pública ou outra pessoa colectiva sem entraves ou burocracias exageradas?<sup>19</sup>

Não se obtendo a fundamental e única prova, será justo que o tribunal decida a desfavor da parte que não pode fazer prova do facto, quando se pode obter a prova de um órgão que escudado em subjectivismos vários a vai sepultando?

---

<sup>19</sup> É verdade que os trabalhadores têm deveres funcionais, entre estes o de informar com verdade e coerência, mas o subjectivismo nos vários actos da administração pública ou outros entes são patentes nas sociedades actuais, sendo portanto nesta perspectiva que se configura a hipótese.

Nestas circunstâncias é de todo justo que passado dez anos por exemplo, o tribunal deixe de admitir a prova em virtude do interessado nela ter por exemplo se introduzido no interior do órgão competente por meio de fraude e se apossado de alguns registos, que de alguma forma dão suporte a sua pretensão em juízo?

Entende-se que não. Até porque à medida que o tempo vai passando, o homem vai tomando mais consciência da situação, criando obstáculos à realização da justiça, “sepultando provas” quando não lhe convêm; não flexibilizando o mínimo possível nas situações em que de forma indirecta tenha algum interesse. Actualmente são situações muito comuns pelo que, em defesa do *fumus bonus iuris*, reforça-se que é de admitir a segunda.

Não obstante a terceira ser a posição maioritária, abrem-se parênteses para dizer que se pugna pela segunda corrente porquanto, entende-se que havendo ilicitude na obtenção da prova, teria de se ver que direitos foram feridos na obtenção da prova e analisar o fim que se persegue nos autos, equacionando-os e fazendo prevalecer aquele que protege interesses maiores.

A respeito da prova ilícita, a doutrina vem se debruçando cada vez mais a respeito, tendo elencado alguns argumentos a favor da admissibilidade e da não admissibilidade da mesma.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> **O princípio da verdade** segundo o qual, sendo o processo um meio através do qual se busca a verdade nas demandas e assim realizar-se a justiça, sancionando por força disto a mentira e o silêncio sobre factos conhecidos pelas partes, proibir-se a produção da prova quando estão em causa meios probatórios verdadeiros que a parte atingida não quis sequer impugnar quanto à veracidade, traduzir-se-ia numa vantagem que premiaria o infractor. No sistema jurídico inglês e quiçá por força deste princípio o que importa é apurar se o meio de prova é relevante ou não e não aferir como foi obtido-vide por exemplo o caso R.V.Sang em que a câmara dos Lordes declarou que o facto de a prova ter sido impropriamente obtida recorrendo-se a um agente provocador ou a um polícia ou a um informador incitando o acusado a cometer o crime, não era razão bastante para que o juiz excluísse a prova.

**Princípio da autonomia das normas processuais em relação as normas materiais** segundo a qual, a incorporação no processo das fontes probatórias é independente da forma legal ou ilegal pela qual elas são obtidas ou seja, a ilicitude material do acto da aquisição de um elemento probatório, não resulta na inadmissibilidade do acto processual mesmo que se tratar de comportamentos lesivo dos princípios constitucionais, pois que a ilicitude de um comportamento não é sancionado sempre com nulidade, podendo quanto muito sancionar-se o comportamento com outras sanções como por exemplo as sanções penais.

Neste sentido, entende-se que devem ser afastadas somente as provas obtidas com a violação das normas processuais.

**O carácter metajurídico da prova** segundo o qual os resultados da prova, não se devem medir em termo de moralidade antes sim de verosimilhança, tal significa dizer que se é verdade de que a justiça deve velar pela honestidade dos meios, tal não significa que não deva aproveitar-se de certos meios ilícitos que ela não procurou de propósito.

**O non bis in idem**, sendo este um corolário dos anteriores argumentos, a não admissão do meio de prova obtido de forma ilícita, comporta as sanções quer penais quer disciplinares e ou administrativos, sendo que a sua não admissão em direito processual configura varias sanções para um só comportamento.

Trata-se de uma situação que não é estranha a ordem jurídica dada a plurima natureza dos interesses protegidos. Agora dali resultar impedimentos de índole probatório já não se justifica.

**O princípio *factum infecti fieri nequit***, significa que o tribunal não pode considerar não feito o que efectivamente foi feito com argumento simplesmente da ilicitude.

Por sua vez, perfilam na doutrina como argumentos contra a admissão e eficácia de tais provas, entre outros os seguintes argumentos:

**A concepção do processo como instrumento da resolução jurisdicional de litígios no respeito do ordenamento jurídico**, segundo esta concepção, a prova obtida irregularmente deve ser considerada uma prova

A prova ilícita não está regulada em disposição adjectiva civil angolana e muito menos na legislação portuguesa. Todavia, no que tange ao Direito Processual Angolano, vemos algum sinal de inadmissibilidade da mesma, mormente no art. 173.º do C.P.P, onde lê-se que:

«Para a constituição do corpo de delito são permitidos quaisquer meios de prova admissíveis em direito».

A interpretação daquela norma, passa em sabermos quais são os meios de prova admitidos em direito para que numa interpretação a contrario *sensu*, possamos aferir os meios de prova não admissíveis. ora :

A doutrina do direito não permite a produção da prova por via da hipnose, da narcoanálise, do detector de mentiras e outros meios de obtenção de prova em que se violam direitos fundamentais e ou contrários a ordem pública, daí que, as provas obtidas por esta via têm sido prejudicadas em julgamentos de processos-crime tendo em conta que foram obtidas por meios ilícitos.

A este propósito, o art. 125.º do C.P.P da República Portuguesa, estabelece que:

«São admissíveis as provas que não forem proibidas por lei.»

O legislador português foi mais feliz em expressar a regra da não taxatividade dos meios de prova e no artigo seguinte, art. 126.º, ao declarar nulos os métodos obtidos mediante violação dos direitos indisponíveis.

Descrito conforme no direito adjectivo penal angolano e português, qual serão os meios de prova no caso admitidos por lei?

Aqui, acoberto do carácter subsidiário do direito civil, no que a interpretação das normas diz respeito, trazemos em colação o princípio da legalidade, na perspectiva jurídico civil, pelo que, será de admitir-se tudo aquilo que não for proibido por lei. Tal significa que do ponto de vista processual penal, é de admitir-se somente o meio de prova obtido por meios lícitos.

Sendo uma previsão penal que dizer quanto ao Direito Processual Civil?

É de admitir a não avocação desta «bandeira» em Direito Processual Civil?

---

processualmente ineficaz, sendo que ao juiz caberá limitar-se a apreciar livremente as provas adquiridas em pleno respeito da legalidade e não aquelas que jamais seriam adquiridas no processo, se a lei fosse devidamente observada.

**O efeito dissuasório que assegura a eficácia da norma violada** segundo a qual existe uma harmonia dentro do sistema jurídico em todas as soluções que são adoptadas, o que implica que em caso de desconformidade e em função da sanção cumpre-se de facto um dos fins das penas que é dissuadir os demais membros da sociedade a não enveredarem para tais práticas, dada a sanção prevista.

Diga-se que, de alguma forma, é até um argumento compreensível e que a nível dos tribunais, por inúmeras vezes, tem sido hasteado.

Todavia, entende-se que partindo do princípio de que a doutrina e a jurisprudência são fontes do Direito, é de se aplicar subsidiariamente ao Direito Civil, contrariamente às correntes que apontam em outro sentido.<sup>21</sup>

Em termos de jurisprudência, os acórdãos do TC nº 241/2992 de 29 de Maio de 2002, relator Artur Maurício in DR II Serie, nº 168 de 23 de 07 de 2002, da Republica Portuguesa, destaca que embora reconhecendo que no tocante ao processo civil nada se estabelece quanto a questão de saber se são nulas as provas obtidas por meios ilícitos, entendeu que no caso concreto, a prova era nula porque obtida com a utilização de documentos que veiculavam informações relativas à facturação detalhada de linha telefónica. Trata-se, portanto, da violação de um direito fundamental, direito de reserva sobre a vida privada, pelo que, aquele tribunal deu-a por nula.

Obtidas determinadas provas violando direitos fundamentais, torna-se intolerável a admissibilidade e valoração daquele meio de prova em absoluto, não cedendo em função deste ou daquele facto concreto ou ponderações diversas dos interesses.

O exercício dos direitos fundamentais, por estarem estritamente ligados à própria personalidade, devem consolidar-se e até moldar-se, observando sempre o princípio da dignidade da pessoa humana quer se esteja em jurisdição penal ou civil.

---

<sup>21</sup> «A existência, em processo civil, de um dever geral de colaboração na descoberta da verdade e a possibilidade de aplicação de meios coercitivos as partes, indiciam a inaplicabilidade do regime processual penal das proibições de prova ao processo civil-ALEXANDRE, Isabel in **Provas Ilícitas em Processo Civil**, 13ª conclusão, pág 284.

## **5 A PROVA TESTEMUNHAL. HISTÓRIA DA PROVA TESTEMUNHAL. A PROVA TESTEMUNHAL COMO RAINHA DAS PROVAS.**

Pela sua natureza, o ser humano fora daquilo que é a matéria atinente à vida íntima, se encontra permanentemente exposto ao exame do público, logo, as suas condutas, em regra, ocorrem em meios públicos, pelo que estas acções são apreciadas, interpretadas, interiorizadas e memorizadas. É nesta busca da acção interpretada e memorizada por terceiros que se bate à porta de uma pessoa alheia ao interesse em litígio, surgindo assim um dos meios de provas em juízo: a prova testemunhal. Por ser uma pessoa alheia ao litígio, a testemunha é chamada a pronunciar-se sobre a sua percepção dos factos, de modo a que o órgão competente os possa ajuizar.

No estudo da prova testemunhal; varias definições se apresentam; destacando-se:

“- Declaração de pessoa sem ser parte da acção sobre dados que, pelo menos para a própria ainda não tinham relevância processual no momento em que a captou, com o fim de provocar a convicção judicial em determinado sentido”<sup>22</sup> - Helder Martins Leitão.

“- Toda a pessoa que, não sendo parte na causa nem seu representante, é chamado a dizer o que sabe acerca de todos ou alguns factos em litígio.” - Manuel de Andrade.<sup>23</sup>

As declarações emitidas fora de juízo, não constituem prova testemunhal, como também não serão tidas por depoimento testemunhal as declarações prestadas por quem tem capacidade de ser parte.

Percorridos os anais da história do Direito, é fácil constatar-se que desde a antiguidade a testemunha, como meio para se apurar a verdade ou inverdade de um facto, esteve presente diante dos mais diversos litígios.

A propósito, Cunha Gonçalves afirma:

«É a prova testemunhal, sem dúvidas a mais antiga e mais usada, pois antes da invenção da escrita, não havia outra aproveitável para a demonstração dos factos, quer no juízo criminal quer no juízo civil».<sup>24</sup>

Méjico Cardenas por sua vez, afirma que a prova testemunhal era “ el único médio com el cual contaban los hombres para hacer constar los actos jurídicos que celebraban o los hechos de los cuales derivaban sus derechos”<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> **A Prova Civil no Direito Português**.pág.195.

<sup>23</sup> **Noções Elementares de Processo Civil**.pág.273.

<sup>24</sup> GONÇALVES, Cunha – **Tratado de Direito Civil**, vol.XIV, pág. 350. **Apud.** AMARAL, Jorge Pais do-**Ob. cit.**, p. 309.

Na verdade, a prova testemunhal continua a ser até aos tempos de hoje a prova mais usual em termos de estatística, quiçá dado o facto de os homens viverem em sociedade e as suas acções serem praticadas no seio dessa sociedade, sob os olhares dos seus membros, pelo que, em caso de algum diferendo, haver em regra alguém que possa atestar sobre o mesmo.

Portanto, onde faltar um documento, uma perícia, um exame ou uma avaliação, haverá geralmente uma testemunha, constituindo, assim, uma das razões pela qual passou esta a denominar-se como a rainha das provas.

Tal denominação, ao contrário do passado, não coloca a prova testemunhal na hierarquia dos meios de prova, visto que o depoimento testemunhal não faz prova plena, e requer a sua submissão à livre apreciação do Juiz para ser valorado. Trata-se de um meio de prova muito problemático e que muito tem contribuído para os erros judiciais que pelo mundo fora se vão somando na justiça do homem em tribunal, pelo que, o julgador, ao analisá-lo deverá ser prudente de modo a evitar que uma mentira prevaleça sobre a verdade e assim se transforme o tribunal em órgão fazedor de injustiça, ao invés da justiça que dele se espera até porque; tal como afirma Walter Coelho citado por Luís Filipe Pires de Sousa “-num sistema de persuasão racional a prova-quer seja directa quer seja indirecta-possui igual hierarquia na formação da convicção do julgador”<sup>26</sup> e que “somente após um exame crítico e racional do conjunto probatório é que se poderá estabelecer a prevalência de uma prova sobre a outra, nada impedindo que a prova indiciária se sobreponha a prova testemunhal ou qualquer outra de natureza diversa e vice-versa”<sup>27</sup> segundo GIOCONDA PITT

### **Classificação das testemunhas**

A doutrina tem elencado dois tipos de testemunha, sendo:

**1-Testemunha presencial ou directa-** aquela que directamente presencia o facto, em virtude de estar no local no momento da sua ocorrência, sendo por isto considerada a testemunha mais importante;

**2- Testemunha de referência ou indirecta** aquele tipo de testemunha que não estando no local na data da ocorrência dos factos terá ouvido alguém falar da ocorrência.

Aqui importa dizer que, a invocação de ensinamentos técnicos jurídicos de um autor, não constitui aproveitamento de depoimento indirecto. (acórdão da relação de Coimbra de 28 de Março de 96 na CJ, T2 PAG 52).

---

<sup>25</sup> APUD Kielmanovich, Jorge L. in **Teoría de la prueba y medios probatorios**.pág.120.

<sup>26</sup> SOUSA ,Luís Filipe Pires de- **Prova por Presunção no Direito Civil**.pág.19

<sup>27</sup> GIOCONDA PITT in **A Prova Indiciária e Convencimento Judicial no Processo Civil**, Apud Luís Filipe Pires de Sousa-**Ob. Cit.**pág19

Estes dois tipos de testemunhas são judiciárias em contraposição com as testemunhas instrumentarias que, na verdade, são aquelas que testemunham a assinatura de um contrato, apondo as suas assinaturas num documento jurídico.

Importa referir que não obstante o princípio dispositivo<sup>28</sup> e o dever que impende sobre as partes de provar o facto que alegam; durante a inquirição das testemunhas, se o tribunal verificar que uma certa pessoa ou pessoas estão a ser citada ou citadas como conhecedoras de um certo facto, facto este de certa forma fundamental para o esclarecimento dos factos *sub judice*, poderá *in officio* ordenar a comparência daquela pessoa de modo a ser inquirida como testemunha<sup>29</sup> - Trata-se da testemunha referida.

Na prova testemunhal está patente o princípio da livre apreciação da prova por parte do juiz, significando que, o julgador, ao valorar o depoimento não fica subordinado aos critérios normativos, antes sim, diante do depoimento, e em função das demais circunstâncias, a sua experiência como ser social, o valorará.

### ***5.1 Direitos e Deveres da Testemunha***

Todas as pessoas devem ser admitidas a depor a fim de, com o seu depoimento, auxiliarem a descoberta da verdade-Princípio Geral.

Tal significa que todo e qualquer cidadão, desde que não esteja absoluta ou relativamente impedido, deve contribuir para a realização da justiça, não podendo alegar impedimentos diversos que não os legais. Não sendo parte do processo, deve comparecer como testemunha, quando a tal for chamado.

Para o exercício desta nobre tarefa, têm-se apontado algumas obrigações sob a tipologia de deveres e também de direitos, a saber:

#### **1- Deveres:**

##### **a)- Comparecer em Tribunal**

Quando arrolada e devidamente notificada, a testemunha deverá comparecer em tribunal para depor na data e hora designadas;

##### **b)- Prestar o Depoimento**

---

<sup>28</sup> Segundo o qual o impulso e a iniciativa processual incumbe as partes; sendo corolário deste o princípio do impulso processual (entendido como a possibilidade que incumbe somente as pessoas com interesse directo na acção de poderem introduzir em juízo a acção); e o da disponibilidade privada das partes sobre o objecto (segundo o qual, compete as partes fixar livremente a matéria de litígio, podendo a qualquer altura do processo confessar, acordar e transaccionar com a parte contrária sem oposição mínima que seja do tribunal.)

<sup>29</sup> Vide art.645º do CPC da Republica Portuguesa e MACHADO, Antonio Montalvão e PIMENTA, Paulo IN **O Novo Processo Civil**.12ª edic.pág 249 e REIS, Alberto em anotações ao 646.º do CPC, 3ª edic.pág.484 e 485.

A estabilidade e a credibilidade dos tribunais são um corolário para o salutar desenvolvimento dos povos e nações. Não sendo um órgão do qual se deva temer, ainda assim, o respeito por ele e pela nobre função que desempenha, compete a todos os cidadãos pôr de parte seus arbítrios, quando chamados a tribunal, sendo parte do processo ou não.

Independentemente do país ou nação, este respeito sublime por este órgão é evidente.

O Código Penal da República Portuguesa, mormente no seu art. 360.º n.º 2, prevê uma pena de prisão para quem se recusar a depor.<sup>30</sup> Significa que, às pessoas quando chamadas como testemunha, não lhes assiste a faculdade de aderirem ou não, já que, se trata de uma imposição só afastável nos termos legais.

### **c)- Dizer a Verdade**

Entende-se que a testemunha, como sujeito alheio ao litígio, não tem directa nem indirectamente interesse no mesmo, sendo por isto uma pessoa que a coberto da imparcialidade irá ao tribunal depor sobre os factos *sub Júdice* (princípio da cooperação processual).

A lei estabelece uma cominação penal naqueles casos em que, após depoimento, o tribunal venha a concluir que a testemunha faltou à verdade. É justamente em função desta obrigatoriedade que a parte, antes de depor, tenha de prestar juramento, de modo a ser fortemente vinculada ao mesmo.<sup>31</sup>

Onde há deveres, há obviamente direitos, porquanto são duas faces diferentes e necessárias da mesma moeda. Neste contexto, passa-se em seguida a elencar os direitos das testemunhas.

## **2-Direitos**

### **a)- Ser Tratado com respeito pelas Partes e pelo Tribunal.**

Configuram um atentado a este direito, as situações em que à testemunha são feitas perguntas vexatórias, capciosas ou qualquer outra forma carregada de subjectivismos vários.

Lembre-se que está-se em presença de uma pessoa alheia ao litígio e que se encontra no tribunal para auxiliar o estado na resolução do litígio que se implantou entre as partes de modo que se estabeleça da forma mais justa possível, a paz social.

### **b)- Ser Reembolsado das suas Despesas de Comparência.**

---

<sup>30</sup> Pena idêntica ao falso testemunho que é de prisão de seis meses a três anos, ou pena de multa não superior a 60 dias.

<sup>31</sup> O juramento e o aviso expresso dos riscos de tal falta são condições de validade para a aplicabilidade da sanção.



Sendo uma prática inexistente nos tribunais angolanos, na verdade, nas situações em que a testemunha, comprovadamente, tenha feito despesas para comparecer e depor, assiste-lhe o direito de ser compensada pelos valores gastos para tal.

Para isto, e nos termos do disposto no art. 644.º do C.P.C, deve apresentar em cartório a prova das referidas despesas de modo a que, urgentemente, se autue e se conclua ao juiz de maneira a permitir que o tribunal possa por despacho, ordenar à parte que a arrolou a compensá-la das mesmas despesas.<sup>32</sup> A par disto, deverá igualmente a testemunha ser contemplada com despesas de deslocação nos termos legais, por cada dia que tenha de comparecer em Tribunal por obrigação do processo.

Havendo esta normatividade no Código de Processo Civil, a sua não implementação só pode ser incumbida às partes e, em particular aos causídicos que encontrem dificuldades várias em convence-los a comparecer em tribunal para depor.

Nos termos do art. 56.<sup>o33</sup> do Código das Custas Judiciais da República de Angola<sup>34</sup>, este direito das testemunhas está igualmente previsto. Tendo a testemunha direito a auferir do valor referente às despesas de deslocação ao tribunal (trata-se de despesas com transporte, a alimentação e a hospedagem), partindo do princípio de que a mesma dispensa qualquer tipo de burocracia, o valor das despesas, deverá ser devolvido pela parte que a arrolou, com a maior brevidade possível. À parte caberá juntar aos autos prova daquela despesa paga a favor da testemunha de modo a que, findo o processo e se dela não decair, venha a ser ressarcida pela parte que decair por via das custas do processo; a coberto do disposto no art. 50.º do Código das Custas Judiciais da República de Angola<sup>35</sup>

### **c)- Direito ao seu salário no dia da Audiência**

A entidade patronal não poderá, sob qualquer forma, prejudicar a testemunha no dia ou dias em que esta se ausentar do serviço para depor. O legislador, de alguma forma, acautelou o

---

<sup>32</sup> Findo o processo, a parte que decair, deverá pagar aquele valor a título de custas. Tal prática nos tribunais, em particular nos angolanos, é ainda desconhecida, sendo portanto um apelo que se faz aos causídicos, porquanto não é justo que a testemunha chamada a depor, o faça a expensas suas.

<sup>33</sup> Onde se lê:

«As pessoas de fora da sede da comarca que tenham de ser convocadas para intervir no processo e as testemunhas que forem notificadas serão pagas as despesas de deslocação, que compreendem despesas de transporte e ajudas de custo, conforme determinação do juiz».

<sup>34</sup> DECRETO 43.809/61, de 20 de Julho de 1961.

<sup>35</sup> Onde se lê:

A procuradoria e as custas de parte serão sempre incluídas na conta feita após o trânsito em julgado da decisão que contenha condenação definitiva em custas, para serem pagas juntamente com as do Tribunal.

&1º-se a parte que deles é credora tiver declarado que as não quer receber, serão contadas a favor do cofre do Tribunal.

&2º-as custas de parte compreendem tudo o que a parte despendeu através do processo ou parte do processo a que se refere a condenação e a que tenha direito.”

interesse da entidade patronal, quando orienta que a notificação seja feita atempadamente. Uma notificação atempada da testemunha, permitira que o patrono acautele a situação da ausência no local de serviço e o substitua.

**d)- Tem direito a receber algum subsídio?**

Há aqui que distinguir entre a devolução dos valores gastos pelas despesas do transporte, alimentação e alojamento é a compensação devida à testemunha pelos dias que foi obrigada a estar em tribunal.

Não se confundindo, de maneira alguma, um direito com o outro. A testemunha deverá também solicitar ao tribunal que seja compensado pelo tempo que permaneceu no tribunal.

O código das custas judiciais da República de Angola no seu art. 52.º, fixa como valor/dia os 48 a 180 ucf o que, ao câmbio actual em euros, poderá aproximadamente equivaler a um valor entre Euro 32 e 1200.<sup>36</sup> E no caso particular da República Portuguesa, estes direitos vão de 1/16 à 1/18 de UC, nos termos do consagrado no nº4 do artº. 317.º do CPP, e 644.º do CPC, bem como a portaria nº799/2006 de 11 de Agosto.<sup>37</sup>

A este respeito afirma Jorge L. Kielmanovich que,

“-se no se acordara una indemnización para el testigo y sí la “compensacion” se estaria reconociendo unprivilegio irritante pra estas últimas, a las que se la negaria al testigo que la pidiera para poder concurrir materialmente al tribunal a cumplir com su deber, perdiendo incluso los ingresos diarios provenientes de la prestación de sus servicios o de sus domésticas actividades comerciales.”<sup>38,,</sup>

Estes direitos, porém, não são *ope legis* já que a sua satisfação depende da manifestação do detentor do mesmo, no caso presente a própria testemunha como, aliás, bem se pode ver na parte final do art. 57.º do código das custas judiciais da República de Angola.<sup>39</sup>

Trata-se, na verdade, de situações que do ponto de vista prático, não ocorrem nos tribunais angolanos, porquanto não se tem registo de um único caso em que uma testemunha tenha sido compensada das suas despesas de deslocação e /ou da indemnização devida.

---

<sup>36</sup> Vide art. 52.º, onde se lê que:

«A indemnização a arbitrar as testemunhas pode variar entre 48 e 180 ucf por dia»  
Cujo valor se chega atendendo que, presentemente, 1 ucf é igual a akz 88.00.

<sup>37</sup> MACHADO, Antonio Montalvão e PIMENTA, Paulo - **Ob. Cit.** Pág.249

<sup>38</sup> KIELMANOVICH, Jorge L. -**in Teoría de la Prueba y Médios Probatorios.** pág 153 e 154.

<sup>39</sup> Vide art. 57.º, onde se lê que:

«As testemunhas só terão direito à indemnização referida no art. 52.º as despesas a que alude o artigo anterior se o pedirem. O pedido deve ser feito no acto do depoimento ou no momento em que se lhes der conhecimento de que se prescindiu»

Refira-se que, no caso, o tribunal nos termos legais, está a agir de forma correcta, porque o direito, como referido, não se opera *ope legis* já que, fica a depender da manifestação expressa do lesado, o que não tem acontecido.

É verdade que a testemunha se apresenta ao tribunal em regra sem advogado, pelo que a sua pretensão na satisfação deste direito fica de alguma forma desprotegida. Quando, o causídico da parte que o arrolou, conhece o direito, não o vemos a lançar-se à “ batalha”, visando satisfazê-la.

Sem medo de errar, afirma-se que a questão da não perseguição deste direito por parte dos mesmos, não se explica; estando nós convencidos que se trata de uma profunda ignorância generalizada; quanto muito, porque convencidos da ineficácia das normas referidas.

## **5.2 A Prova Testemunhal v/s Declarantes**

Sendo a testemunha uma pessoa alheia ao litígio e que é chamado ao tribunal para reproduzir os factos de que tomou conhecimento por via dos sentidos; distingue-se do declarante, na medida em que este acaba por ser uma pessoa que tem interesse no processo, em que o objecto em litígio lhe prejudica directa ou indirectamente.

Trata-se, na verdade, de uma figura jurídica mais comum e usual em direito penal, devido ao facto de, neste tipo de processo, o ofendido, os seus parentes e afins podem ser trazidos ao processo para poderem, de alguma forma, declarar os factos sub judicie, de modo a que o juiz possa aquilatar da veracidade ou inveracidade dos factos de que o réu é acusado.

Em processos de natureza civil, o declarante poderá ser tão só uma das partes <sup>40</sup>, ou seja, a que tem interesse directo no litígio, que pondera declarar ou não sobre uma dada situação ao longo do julgamento ou equivalente; ou naqueles casos em que haja um depoimento de parte.

## **5.3 Testemunha v/s Perito**

O direito probatório estabelece uma outra dicotomia que não poucas vezes vem confundindo as pessoas que recorrem ao tribunal, dada a afinidade dos papéis que desempenham e, sobretudo, naquelas situações em que a sentença assenta na prova pericial e testemunhal.

---

<sup>40</sup> E nesta qualidade de parte, poderá eventualmente declarar sobre uma dada situação ao longo do julgamento e a pedido do tribunal ou, a requerimento seu, poderá igualmente prestar depoimento de parte, nos termos do art.º 552.º do C.P.C.

No depoimento de parte, a lei por sua vez não exige o *animus confidendi*-vide REIS, Abílio, em anotações ao art.º 352.º do C.C, nota 4.1

A propósito do depoimento de parte, importa dizer que diferente do estatuído no regime jurídico dos articulados em Angola e em Portugal, no sistema anglo-saxónico, os articulados são acompanhados de declarações sob juramento em que a parte relata a sua versão dos factos; os chamados “*affidavits*” de modo a vincula-los em caso de falsidade ou inverdade- vide VALLES, Edgar - A **Prática Processual Civil**.pág 225.

Todavia, importa deixar claro que sendo ambos meios de prova autónomos um do outro<sup>41</sup> distinguem-se no seguinte:

a)- A testemunha quando chamada a depor em juízo fará uma reprodução dos factos, com recurso aos meios de percepção com que captou a mensagem, auxiliada pelo seu intelecto, de que resulta uma captação de dados que ainda não tem carácter processual, como tal sem a preocupação de sobre eles emitir qualquer apreciação

b)- O perito, por sua vez, é um técnico de um determinado ramo do saber,<sup>42</sup> que uma vez chamado a pronunciar-se sobre os factos, evidencia a sua declaração o modo como os compreendeu acrescendo-lhe a sua valoração.<sup>43</sup>

Dizer que o acto de captação destes dados por parte do perito, é feito por incumbência do juiz ou a requerimento das partes; o que significa dizer que já existe um carácter processual.

Não sendo ainda uma prática frequente o uso do perito como meio de prova nos julgamentos cíveis em Angola, importa referir que como qualquer outro meio de prova este, igualmente deve ser trazido pelas partes em julgamento sem prejuízo de *in officio* o tribunal o ordenar.

O mesmo é dizer que independentemente de se tratar de uma questão de natureza cível ou criminal, querendo, as partes poderão no âmbito do próprio processo requerer a prova pericial de maneiras a que no âmbito do próprio processo se venha a produzir provas com recurso a peritos indicados pelas partes e nomeados pelo tribunal, pois quando produzida fora do processo será prova documental.

Nesta modalidade, é verdade que a questão da falsidade da peritagem, não se ignora, mas dizer que o perito em casos de falsidade à semelhança da testemunha cometerá igualmente o crime de falsas declarações. Dai que o legislador estabeleça que na hipótese de haver prova por peritagem, os técnicos prestem igualmente juramento.

Finalmente, importa referir que o perito poderá ser ouvido no mesmo processo em que interveio como testemunha. Trata-se, na verdade, de uma função diferente da anterior, porquanto, neste caso, limitar-se-á a referir as suas percepções e não a apreciá-las.<sup>44</sup>

Assim, pode concordar-se que neste âmbito:

---

<sup>41</sup> Como aliás são todos os meios de prova.

<sup>42</sup> Quer dizer que o facto de estar a ser chamado neste ou naquele caso em juízo; é porque o facto sub judicie em si tem algo explicável por via da sua especialização.

<sup>43</sup> Ao contrário do que afirma o processualista Guasp, o papel da testemunha é levar os factos e sobre eles não emitir juízos. Afirma o prof A. Reis, em anotações ao C.P.C., 3.ª ed., IV volume p. 327: «que naquelas situações em que se formula uma pergunta com o propósito de obter-se da testemunha uma resposta valorativa do facto, deverá aquela recusar-se a responder».

<sup>44</sup> Neste sentido, pronunciou-se o Supremo Tribunal de Justiça da República Portuguesa no seu acórdão de 22 de Fevereiro de 1996, BMJ454.649.

“O perito tem uma função activa e a testemunha uma função passiva. O perito é sujeito, ao passo que a testemunha é objecto. O perito examina e a testemunha é examinada. O perito recebe do juiz incumbência para averiguar e depois se pronunciar sobre o que averiguou e a testemunha vem ao processo narrar aquilo de que tomou conhecimento independentemente de qualquer incumbência do juiz”<sup>45</sup>

O elemento comum aos dois, é o papel que desempenham perante o tribunal, já que ambos são auxiliares deste órgão na descoberta da verdade.

---

<sup>45</sup> CARNELUTTI In Sistema, I vol. Pág. 533; APud. LEITÃO. Helder Martins - **Da Audiência Preliminar e da Instrução do Processo Civil**.pág.140.

## **6 APLICABILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL NOS TRIBUNAIS CÍVEIS EM ANGOLA**

### ***6.1 Actual Mapa Judiciário da República de Angola***

Como referido, Angola é um país situado na Costa ocidental de África entre as coordenadas 08°- 49°S e 13°-14°E.

É limitado a norte pela República do Congo/Brazaville, a leste pela República Democrática do Congo e pela República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia e a oeste pelo oceano Atlântico.

Com uma população até 2007 estimada em 16.900.000 habitantes, numa área de 1.246.700 km<sup>2</sup>, a língua de expressão oficial é a Língua Portuguesa, que coexiste com mais outras línguas nacionais em número superior a dez.

Na actual divisão política administrativa, Angola conta com 18 províncias nomeadamente a província do Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Kuando-Kubango, Kuanza-Norte, Kuanza- Sul, Huambo, Huila, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Uíge, Malange, Namibe e Zaire<sup>46</sup>, que distam uma das outras em mais de 700 km no geral.

Havendo uma correspondência entre a divisão administrativa do país e a divisão judicial, nos termos da Lei n.º 18/88 de 31 de Dezembro; do ponto de vista numérico e lógico, poder-se-ia afirmar que em função da citada divisão política e administrativa do país, contar-se-ia com 18 Tribunais Provinciais.

Todavia, assim não é, já que o município do Lobito, dado o seu papel socio-económico na província de Benguela e no País em geral adquiriu do ponto de vista judicial o estatuto de província, razão pela qual, ao invés dos citados 18, o País conta actualmente com 19 Tribunais Provinciais, ficando o Tribunal Provincial do Lobito com sede na cidade do Lobito<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> Vide anexos

<sup>47</sup> Os Tribunais Provinciais, acrescidos do Lobito, são: Tribunal Provincial do Bengo, com sede na cidade capital – Bengo; Tribunal Provincial de Benguela, com sede na cidade capital – Benguela; Tribunal Provincial do Bié, com sede na cidade capital – Kuito; Tribunal Provincial de Cabinda, com sede na cidade capital – Cabinda; Tribunal Provincial do Cunene, com sede na cidade capital – Ondjiva; Tribunal Provincial do Kuando Kubango, com sede na cidade capital – Menongue; Tribunal Provincial do Kuanza Norte, com sede na cidade capital – Ndalatando; Tribunal Provincial do Kwanza-Sul, com sede na cidade capital – Sumbe; Tribunal Provincial do Huambo, com sede na cidade capital – Huambo; Tribunal Provincial da Huila, com sede na cidade capital – Lubango; Tribunal Provincial de Luanda, com sede na cidade capital – Luanda; Tribunal Provincial da Lunda-Norte, com sede na cidade capital – Lucapa; Tribunal Provincial da Lunda-Sul, com sede na cidade capital Saurimo; Tribunal Provincial Do Moxico, com sede na cidade Capital-Luena; Tribunal Provincial do Uíge, com sede na cidade Capital – Uíge; Tribunal Provincial de Malange, com sede na cidade Capital-Malange; Tribunal

A par destes Tribunais, existem outros 23 Tribunais Municipais <sup>48</sup> que na sua essência julgam processos crimes passíveis de pena correccional. <sup>49</sup>

Como vemos, para um total de 167 municípios que o país possui, há apenas a registar 23 Tribunais Municipais que, não bastando este número ser insuficiente se comparado com os municípios existentes no país, ainda assim, não julgam questões de natureza cível.

É justamente em função desta falta de Tribunais que vamos assistindo à deslocação de litígios de uma localidade para outra, levando consigo, obviamente, as pessoas e no caso particular deste trabalho, as testemunhas.

## ***6.2 Perspectivas do Novo Mapa Judiciário Angolano***

O mundo moderno é unânime em afirmar que a justiça é um dos pilares do desenvolvimento das nações. Com a internacionalização dos meios financeiros, a recessão económica a que se vai assistindo exigem-se cada vez mais garantias nas relações jurídicas.

Estas garantias, uma vez obtidas nos contratos firmados e em caso de incumprimento, as partes fazem questão em contar com um sistema de justiça forte, capaz de garantir e repor os direitos violados, obrigando mesmo a que a parte cumpra, coercivamente, a obrigação, se tal porém se impuser.

Angola, “país negro” vai conhecendo hoje uma “invasão massiva de estrangeiros”, que com o seu saber procuram “ganhar algum” e de alguma forma ajudar aquele país a sair dos escombros da guerra de modo a dar uma vida condigna aos seus cidadãos e habitantes e, à semelhança das palavras do Presidente angolano, o Engenheiro José Eduardo dos Santos; «se torne uma boa terra para se viver».

Obviamente que, quando assim pensou aquela ilustre figura, incluiu os cidadãos estrangeiros que, por uma questão profissional e não só, se deslocaram ou se têm deslocado a Angola firmando contratos vários entre si e os angolanos. Seguramente, também pensou sua Excia. O senhor Presidente da República, nos angolanos que do exterior, ou mesmo dentro de Angola,

---

Provincial do Namibe, com sede na cidade Capital- Namibe; Tribunal Provincial do Zaire, com sede na cidade capital Mbanza Congo;

<sup>48</sup>**Na Província de Benguela:** os Tribunais municipais da Baía- Farta e do Cubal; **na Província do Bié:** o Tribunal municipal de Andulo; **na Província de Cabinda:** o Tribunal Municipal de Buco Zau; **na Província do Cunene:** o Tribunal Municipal da Cahama; **na Província do Huambo:** os Tribunais Municipais do Bailundo e da Caala; **na Província da Huila:** os Tribunais Municipais da Caconda e da Matala; **na Província do Kuanza Norte:** os Tribunais Municipais Golungo Alto e do Kambambe; **na Província do Kuanza Sul:** os Tribunais Municipais de Amboim, do Libolo e da Cela; **na Província de Luanda:** os Tribunais Municipais de Cacuaco, da Imgombota e de Viana; **na Província de Malange:**

O Tribunal Municipal de Cacusó; **na Província do Namibe:** os Tribunais Municipais de Bibala e do Tombwa; **na Província do Uíge:** o Tribunal Municipal do Negage; e, na **Província do Zaire:** o Tribunal Municipal do Soyo.

<sup>49</sup> As penas correcionais estão previstas no art. 56.º do CP da República de Angola.

estabelecem contratos com estrangeiros e/ou nacionais, criando-se assim deveres e obrigações jurídicas recíprocas.

De outra forma não pode ser interpretada a intervenção do Chefe de Estado, como prova, o Regimento do Conselho de Ministros, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 216/12, de 15 de Outubro, em que estabelece na alínea b) do n.º 2 do art. 15.º «que no programa de governo, deve constar expressa e rigorosamente a inserção do projecto da reformulação dos serviços de justiça, no âmbito da necessidade de a actual estrutura ser repensada».

Foi nesta base que o governo de Angola, através do Observatório da Justiça de Angola – Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em coordenação do Prof. Doutor Raul Araújo e da Dra. Conceição Gomes; (OPJ) do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e ao abrigo de um protocolo celebrado entre o Ministério da Justiça de Angola e a FDUAN, tem em forja uma nova lei de organização e funcionamento dos Tribunais Judiciais da jurisdição comum adiante (LOFTJ); que entre outras.

O projecto visa:

- 1- Promover o acesso dos sujeitos jurídicos aos tribunais;
  - 2- Racionalização e flexibilização da organização judiciária em função dos recursos existentes e de modo a responder às diferenças regionais;
  - 3- Reforço da autonomia administrativa e financeira dos tribunais e da sua capacidade de gestão;
  - 4- Aprofundar a articulação do sistema judiciário com outras instituições
  - 5- Avaliação e acompanhamento sistemáticos do desempenho funcional do sistema de justiça.
- Com base nesta nova lei, os serviços de justiça ficam mais próximos da população, evitando assim longas deslocações das populações em busca destes serviços.

Com tal actuação, o serviço de justiça fica mais presente e concomitantemente, mais credível (o que muito se espera quer a nível nacional quer a nível internacional).

Basta ver que ao contrário dos anteriores 19 Tribunais Municipais, a nova LOFTJ contará com a:

- a) Criação de uma única jurisdição comum;
- b) Coincidência entre a divisão administrativa e a divisão judicial. Esta coincidência facilita a articulação do sistema de justiça com outros organismos do Estado.



- c) Nova geografia da justiça estruturada em quatro níveis: território nacional (jurisdição do Tribunal Supremo), região judicial, província judicial e comarca, cujo fim é o alargamento da rede dos Tribunais.<sup>50</sup>

São, em suma abolidos os Tribunais Municipais e os Tribunais Provinciais. E em substituição surgem os Tribunais de Comarca, como únicos Tribunais de primeira instância (Tribunais de competência genérica ou especializada.)

A regra é a de criação de um Tribunal de Comarca de competência genérica em cada Comarca. Contudo, o volume e a complexidade jurídica dos processos em algumas Comarcas podem justificar a criação de Salas Especializadas e de Pequenas Causas.

A província judicial é a circunscrição territorial do nível imediatamente inferior, correspondendo aos limites territoriais das províncias da divisão administrativa. Define, sobretudo, os limites territoriais da competência do órgão gestor provincial.

A comarca é a circunscrição territorial de base, podendo corresponder à área de um Município ou agregar vários Municípios, prevendo-se a criação de 60 comarcas.

Recursos - O Tribunal da Relação é o órgão de recurso em matéria de direito e de facto.

O Tribunal Supremo julga, em regra, apenas em matéria de direito, mantendo-se a possibilidade de em casos residuais haver recurso em matéria de facto.

### ***6.3 A Competência dos Tribunais Angolanos em Matéria Cível***

Nos termos do disposto no art.º 67º do CPC, o Tribunal Civil é um Tribunal Comum, significando que, em termos de matéria, é competente para julgar todas as questões que não estejam especificamente alocadas em outras jurisdições.

Importa dizer que na República de Angola ainda vai vigorando a Lei nº.18/88 de 31 de Dezembro<sup>51</sup>; que no seu art.º 6.º fixa a seguinte hierarquia dos Tribunais:

- a) **Tribunal Supremo** composto pelo plenário e câmaras de competência genérica e especializada;
- b) **Tribunal Provincial** composto pelas salas: Criminal, Administrativo, Família, Laboral e Civil.

---

<sup>50</sup> A região judicial agrega várias províncias e define a jurisdição territorial dos Tribunais da Relação, prevendo-se a criação de cinco regiões judiciais, sendo: **Região de Luanda** (províncias do Bengo, Cuanza Norte e Luanda); **Região Norte** (Cabinda, Uíge e Zaire); **Região Centro** (Benguela, Bié, Cuanza Sul e Huambo), **Região Sul** (Cuando-Cubango, Cunene, Huíla e Namibe) e a **Região Leste** (Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje e Moxico).

<sup>51</sup> Lei do sistema unificado de justiça vulgarmente denominada lei do SUJ.

As salas, em função do movimento processual nesta ou naquela região, poderão ser desdobradas em secções, razão pela qual existem em vários Tribunais Criminais duas ou mais secções.

Os Tribunais Provinciais são competentes para julgar todas as questões que lhes são cometidas por lei, havendo tão só o cuidado de verificar a competência em razão da matéria.

c) **Tribunal Municipal** composto por sala criminal (em regra julga somente matéria criminal passível de pena correccional)

Atente-se que a Lei 18/88 de 31 de Dezembro, mormente no seu art. 38.º a. a), confere competência aos Tribunais Municipais para preparar e julgar todos os processos cíveis de valor não superior a AKZ 100.000.00. Logo, infere-se que as questões acima deste valor serão julgadas, necessariamente, pelo Tribunal Provincial.<sup>52</sup>

Desta forma fácil é compreender que hoje as questões em termos de valor aparentemente mínimas são julgadas no tribunal provincial, mais concretamente na sala do Cível e Administrativo. Apesar de a lei atribuir competência aos Tribunais Municipais em preparar questões de natureza cível para posterior remessa das mesmas aos tribunais competentes, dado o seu valor, a prática forense angolana desconhece aquele acto de preparação, independentemente de serem passíveis de recurso ordinário ou não. Pois que o mercado mundial vai conhecendo nos últimos tempos um desacelerar da economia, cujas consequências são o aumento da inflação fundamentalmente nos países em vias de desenvolvimento.

Como se pode ver, vai-se conhecendo um aumento constante dos preços de bens e serviços, cuja análise, do ponto de vista jurídico-adjectivo, se vai traduzindo na diminuição da competência legalmente atribuída a esses tribunais em conhecer matérias de natureza cível, surgindo assim naquele mundo judiciário as expressões pejorativas, a exemplo, cita-se a expressão segundo a qual, «Em matéria civil os tribunais municipais só julgam bagatelas ou questões de galinha.»

Ligado a isto está o facto de os tribunais municipais não possuírem uma sala cível apesar da previsão normativa que lhes atribui competência para julgar questões desta natureza e de valor ínfimo. Possuem sim, uma sala crime, o que significa que a materializar-se o conhecimento de uma questão cível admitido por lei a um tribunal municipal, a questão seria vista por um tribunal crime o que configuraria uma incompetência em razão da matéria, cujo vício gera nulidade e invocável a todo momento pelas partes e pelo tribunal.

---

<sup>52</sup> O Tribunal Municipal, nos termos desta lei, poderá ainda nos processos acima daquele valor fixado, preparar o seu julgamento para posterior remessa ao Tribunal Provincial.

Tendo em atenção o mapa de divisão político-administrativa, o mapa das estradas de Angola e o facto de este país ocupar no continente africano uma área de 1.246.700km<sup>2</sup>, e possuir uma população dispersa de aproximadamente 16.900.000 habitantes, compreende-se facilmente que nas zonas mais longínquas, em termos de desenvolvimento e assentamento populacional, os serviços de justiça praticamente não se façam sentir. Logo, as sedes de grandes questões cíveis são as capitais de província, local onde se encontram instalados os tribunais províncias com competência para julgar as questões cíveis.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> Não obstante estar planeado o projecto de uma nova divisão judicial que divide o país em comarcas como melhor esclareceremos adiante.

## **7 O FORMALISMO DO DEPOIMENTO TESTEMUNHAL NO SISTEMA ANGOLANO**

Sendo o Direito Processual Civil um conjunto de normas que regula as formas, formalidades que devem ser observados na proposição de uma acção civil, a abordagem deste capítulo corre o risco de se traduzir numa autêntica cópia do Código do Processo Civil, no que ao depoimento testemunhal diz respeito, já que algumas incursões a este dispositivo legal serão inevitáveis.

Como referido, as testemunhas são arroladas pelas partes, na petição inicial e na contestação; não obstante nos termos do disposto no art. 513.º do C.P.C reservar-se-lhes um outro momento para acrescerem o rol de testemunhas.

A testemunha é uma pessoa sem interesse no processo, pelo que surge nos autos para auxiliar, tão só, o estado na realização da justiça. Esta é razão por que toda e qualquer pessoa desde que não seja parte no processo, poderá ser arrolada para desempenhar esta tarefa;

Confere a máxima “*cogito ergo sum*” de Descartes para se poder testemunhar?

Qualquer pessoa que não se encontre interdita por anomalia psíquica, pode testemunhar, tal como um menor também o poderá fazer.

A testemunha tem um compromisso com a justiça, tendo o dever de prestar depoimento e fazê-lo com inteira isenção e verdade. O depoimento falso é penalmente sancionado, como veremos mais adiante.

O objecto do depoimento são os factos, isto é, acontecimentos da vida real directamente apreensíveis pelos sentidos. O depoimento, não comporta, em princípio, opiniões ou avaliações. É importante frisar que as perguntas às testemunhas, devem ser feitas de maneira a preservar e garantir a espontaneidade e a sinceridade das respostas por parte das mesmas. Assim, o depoimento deverá ser obtido nas melhores condições, visto que o mesmo se revela como um meio excepcional, estando balizado pelo princípio da necessidade e da adequação.

Sendo portanto um meio de prova, a protecção da mesma, precisa-se. Ora, no que toca a protecção da testemunha e de outros intervenientes no processo, contra diversas formas de ameaça, os sistemas judiciários ante a cada vez crescente crueldade dos agentes criminais nos dias de hoje, acaba sendo uma questão que não deve passar despercebida. Em Portugal, de alguma forma, a situação atinente a protecção da testemunha já está acautelada<sup>54</sup>; o que

---

<sup>54</sup>Vide lei 93/99 de 14 de Junho

confere à pessoa alguma segurança na prevenção a sua integridade física ou psíquica, a segurança dos seus bens patrimoniais, dos declarantes e família.

## ***7.1 As Inabilidades v/s Impedimentos da Testemunha***

Lê-se no art.º 616.º do CPC angolano que:

Podem depor como testemunha todas as pessoas de um e outro sexo, que não sejam inábeis por incapacidade natural ou por motivo de ordem moral.

Por sua vez, no regime português que por sinal vem igualmente regulado no art.º 616.º, refere-se que:

- Tem capacidade para depor como testemunha todos aqueles que, não estando interditos por anomalia psíquica, tiverem aptidão física e mental para depor sobre os factos que constituam objecto da prova.

Da leitura a estas disposições legais, depreende-se que há aqui um princípio geral, segundo o qual:

- Todas as pessoas devem ser admitidas a depor, já que o que se almeja é a busca cada vez mais da verdade material sendo que com esta se realiza o fim último do Direito. A Justiça.

Significa dizer que se a pessoa que vai depor têm a posição de parte, é nessa qualidade que deverá ser exigido o seu depoimento, se não tem essa posição, então deve depor como testemunha - vide art.º 617.º do CPC da República Portuguesa; estando a primeira hipótese, no caso do regime angolano previstos nas inabilidades legais, mais concretamente na alínea a) do art.º 618.º.

Relativamente a figura das testemunhas, o legislador tratou de elencar situações em que não se pode tomar o depoimento da mesma.

Referimo-nos concretamente das inabilidades (naturais e legais) nos termos do regime processual angolano, à luz dos artigos 617.º e 618.º do CPC.<sup>55</sup>

Sendo:

### **7.1.1 Inábeis por incapacidade natural**

- a) **Os interditos por anomalias psíquicas.** A realidade angolana conhece poucos casos do tipo, porque, não obstante as doenças psíquicas que assolam aquele povo, em

---

<sup>55</sup> Já que no regime processual Português, tal destriça hoje não existe, havendo sim apenas impedimentos para poder testemunhar que no caso aplica-se aqueles que na causa podem depor como parte e ou houver procedência da impugnação da mesma. Vide art.º 617º e 636º do CPC Português bem como a recusa legítima a depor nos termos do art.º 618º do CPC

termos estatísticos os tribunais não conhecem processos sentenciados, quer de interdição, quer de inabilitação, apesar da previsão normativa do art.º 944.º a 963.º do CPC. Fala-se aqui em sentença, esta com trânsito em julgado., já que, a evocação deste elemento como inabilidade para depor, exige-se se faça mediante prova, que no caso, será uma sentença com trânsito em julgado sobre a interdição. *Mutatis mutandis* no que as inabilitações dizem respeito.

- b) **Os cegos e os surdos, naquilo cujo conhecimento dependa dos sentidos de que carecem.** Entendeu o legislador, e julgamos nos bem, que o surdo não pode ser impedido de testemunhar sobre factos que lhe chegam ao conhecimento por via da visão, como não será de todo de justiça impedir que o cego seja impedido de testemunhar sobre factos que lhe chegaram ao conhecimento por via da audição.
- c) **Os menores de sete anos:** A questão da idade mínima admissível para depor varia de legislação para legislação. Há sistemas judiciais que entendem que deve ser a partir da idade fixada para a maioridade, sendo neste caso os 16 anos, outros fixam em 14 anos havendo ainda outros sistemas que entendem que a partir dos 07 anos o menor já possui capacidade para discernir as coisas, possui já habilidades de expressão e fala de maneira que, atendendo às circunstâncias e ponderadas as situações, possa depor como testemunha.

### 7.1.2 Inábeis por Incapacidade legal

- a) **Os que podem depor como partes.** A propósito, os latinos dizem: *Nemo in causa propria testis esse debet*.<sup>56</sup> A parte, querendo, poderá prestar declarações esclarecedoras de livre vontade ou a pedido do tribunal.

E quem não sendo parte tiver interesse directo na causa?

A este propósito, quer os processualistas espanhóis, quer os portugueses, debateram este assunto, o que daria lugar óbvio a jurisprudência, de modo a que a questão seja regulada nos termos mais precisos. O que ainda não aconteceu.

Hoje porém, a regra geral é que todas as pessoas devam ser admitidas a depor, a fim de que, com o seu depoimento, possam auxiliar na descoberta da verdade.

Resulta como opinião dominante o facto de que se a pessoa tiver interesse directo na causa ser elemento a ter em conta pelo juiz na altura da valoração do respectivo depoimento, não devendo de modo algum ser fundamento da inabilidade.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Ninguém deve ser testemunha em causa própria.

<sup>57</sup> Vide A. REIS em anotações ao CPC 3.ª ed. IV vol. P. 348, bem como RLJ, 79-42. Acórdão do STJ de 15 de Nov. de 1990: bmj, 417.º-626.º

- b) Os ascendentes nas causas dos descendentes e vice-versa;**
- c) O sogro ou a sogra nas causas do genro ou da nora; Vice-versa; O marido nas causas da mulher, e vice-versa;<sup>58</sup>**
- d) Os que, pelo seu estado ou profissão, estejam vinculados ao sigilo profissional, quanto aos factos abrangidos por este.<sup>59</sup>**

A doutrina apresenta ainda uma outra categoria que é a de suspeitos a depor, fazendo parte destes:

- 1) - Todo sujeito que tendo em atenção aos seus hábitos e costumes não for de colher depoimento, em virtude de se tratar de uma pessoa não fiável;
- 2) - Aquela pessoa que, comprovadamente, se assume inimigo capital da pessoa contra a qual irá testemunhar;
- 3) - O amigo íntimo da pessoa a favor da qual ira a testemunha depor.

A valoração dos depoimentos suspeitos, à semelhança dos demais, fazem-se tendo como base o princípio da livre apreciação da prova, havendo, inclusive, quem entenda que se a audição dos mesmos for imperiosa, não se recomenda que os mesmos deponham sob juramento, atribuindo o Juiz o valor que bem entender atribuir ao depoimento.

Dito isto, importa dizer que:

Não obstante estes impedimentos, o tribunal tem que ter em atenção a importância de certa pessoa inábil para depor; de modo que, ponderada as situações o tribunal possa ouvi-la como tal.<sup>60</sup>

As inabilidades são apreciadas no momento em que o depoimento é prestado, pelo que considera-se inábil para depor aquele que, no momento de prestar o depoimento, o possa fazer como parte.<sup>61</sup>

As declarações proferidas antes e fora do processo não podem ter-se como prova testemunhal, se não meros indícios, tal se aplica *mutatis mutantis* para as declarações feitas diante de um

---

<sup>58</sup> A semelhança do constante na alínea b) e c), em Portugal, há vários anos que estes não são, casos de inabilidade para depor, mas sim, de recusa legítima de depor nos termos do art.º 618º do CPC da República Portuguesa.

-o mesmo se passa no sistema judiciário Moçambicano, ante a reforma operada em 2005 no CPC daquele país, segundo TIMBANE, Tomás-Licções **de Processo Civil-I**, pág.392.

<sup>59</sup> A título de exemplo tem-se citado: jornalistas, notários, advogados, clero e afins, detentores do segredo do estado, funcionários públicos, bancários, mediadores de seguro revisores oficiais de conta, pessoal hospitalar, provedor de justiça, farmacêuticos, médicos.

<sup>60</sup> Acórdão Relação de 7 de Dezembro 1982:col.jur., 1982, 5.º - 269.

<sup>61</sup> Vide acórdão do Tribunal de Relação de Lisboa de 25.01.1994 – relator, Diniz Nunes, bem como o acórdão da Relação do Porto de 10.02.2003- relatora, Fernandes do Vale, acessível em [www.dgsi.pt/jtrl](http://www.dgsi.pt/jtrl) e [www.dgsi.pt/jtrp](http://www.dgsi.pt/jtrp), respectivamente.

escriturário público já que, para terem a qualidade de prova testemunhal tem de ser produzidas com a mediação do órgão judiciário.

## **7.2 *Contradita v/s Acareação***

A **contradita** é um método jurídico processual através do qual, a parte contra quem a testemunha depõe possa atacar a pessoa da testemunha de modo a verificar a credibilidade do depoimento, alegando para isto factos susceptíveis de afectar a razão de ciência invocada pela testemunha, ou mesmo a sua própria credibilidade. Para fundamentar a contradita, é admissível a invocação de qualquer circunstância que prejudique a razão de ciência da testemunha.

A contradita deve assentar em factos não relatados pela testemunha, em relação aos quais é exigido como único requisito a sua susceptibilidade para abalarem a credibilidade dessa testemunha, seja quanto à razão de ciência invocada, seja quanto à fé que a mesma possa merecer, neste sentido também refere o acórdão do tribunal da relação de Lisboa de 31 de Janeiro de 2008-relatora Farinha Alves.

Trata-se efectivamente de um pequeno incidente que tanto pode incidir sobre a pessoa do depoente, mormente a sua fé, a sua credibilidade, como os fundamentos de ciência que invoca, sendo certo que, ao atacar os fundamentos de ciência, não está a atacar o depoimento em si, mas sim a sua fonte.

Para o Prof. Antunes Varela, a contradita é um incidente desencadeado pela parte contrária com o fim de, partindo de circunstâncias exteriores ao depoimento, abalar a sua credibilidade.<sup>62</sup>

Portanto, fica claro que a contradita, visa atacar a pessoa da testemunha e não o depoimento propriamente dito<sup>63</sup>; logo, não se alega que o depoimento é falso ou que a testemunha mentiu, mas sim que em função da mesma se encontrar à data dos factos em Londres ou Angola, por exemplo, tal descredibiliza o seu depoimento.

---

<sup>62</sup> **Ob. cit** pág. 627.

<sup>63</sup> O meio processual próprio de ser abalada a fé que possa merecer certa testemunha é o incidente de contradita, em cujo âmbito o requerente pode proceder à junção de documentos. Não tendo sido suscitado tal incidente, não poderá a parte interessada vir a juntar ao processo, mais tarde, documento com a única finalidade de abalar aquela fé que a testemunha possa merecer-acor. Rel. Lisboa de 21 de 2 de 1991: JTRL00020352/ITIJ/Net. Que a alegação de contradita deva ser feita assim que termine aquele depoimento e em contradita; sendo extemporânea a invocação de tal alegação em fase de recurso-acor RL de 24 de set 1992:JTRL 000016945/ITIJ/net.

A contradita não é um ataque ao depoimento em si, ao seu conteúdo, mas um ataque a própria pessoa da testemunha e suas qualidades, pelo que não pode fundamentar-se em que o depoimento é falso, ou que está em desarmonia com a de outras testemunhas-acor RL, de 26 de fev de 1997:col. jur., 1997,1º-190.



Refere o Prof. Manuel de Andrade que:

«A parte contra quem o depoimento é feito, não pode de modo algum em contradita referir que o depoimento é notoriamente falso ou fantasiado».<sup>64</sup>

“...Através da contradita, faz-se valer uma excepção probatória contra a força de prova do testemunho acabado de prestar. Não se trata já pois de atacar o conteúdo do depoimento, fazendo valer a sua falsidade antes sim invocar novos factos, factos estes acessórios, que sendo exteriores ao depoimento, ponham em causa a razão da ciência invocada pela testemunha ou a fé que ela possa merecer, destruindo ou enfraquecendo o depoimento prestado, de modo a que o juiz não venha a tê-lo em conta ou o tenha parcialmente em conta, no juízo que fará sobre os factos *probandum* que dele foram objecto.

São razões fácticas que levam o juiz a não dar plena credibilidade ao depoimento da testemunha.”-lições do CEJ, em matéria civil dos meritíssimos juízes Luís Filipe Pires de Sousa e Maria João Marques Pinto de Matos.

O título meramente elucidativo, como um dos factores susceptíveis de abalar a credibilidade do depoimento, elenca-se: o interesse da parte no litígio, o grau de proximidade da testemunha com a parte que a arrolou, a vida do depoente, seu costume, o seu estado diário, etc.

**A acareação** é um meio pelo qual o tribunal ou qualquer uma das partes, querendo poderá ver esclarecido um facto respondido por duas testemunhas de modo diferente. É diga-se um meio a que se lança mão, visando dissipar dúvidas sobre a veracidade de certo facto.

Representa uma reprodução da divergência das declarações pelos acareados, de modo a confirmar a declaração ou a modificá-la.

Nas situações em que se verifica uma confirmação do declarado, deverá a parte contrária, com argumentos, esbater a declaração contrária, mediante exibição dos meios de provas admissíveis. Neste acto, o Tribunal poderá ter uma participação activa, formulando a ambos, as perguntas que bem entender.

Feito aquele confronto, a veracidade do facto ficará a depender do juízo do Tribunal que o julgará com base no Princípio da Livre Avaliação da Prova.

---

<sup>64</sup>ANDRADE, Manuel de – **Ob. cit.** Pág. 281.

### ***7.3 A Necessidade de Conformar o Actual Código de Processo Civil Angolano às Novas Correntes de Prestação de Depoimento Testemunhal***

A testemunha directa é sempre melhor e preferível em relação à testemunha indirecta, atendendo a posição privilegiada de ser um reprodutor directo dos factos verificados por si, ao passo que a indirecta limitar-se-á, diga-se a ser um instrumento da testemunha directa e que na ausência desta e considerando as razões apontadas como causas de ausências das testemunhas em julgamento, poderá, ser substituída a requerimento das partes.<sup>65</sup>

Nos sistemas judiciais onde já se investiu mais financeiramente em prol da justiça, a testemunha situada numa província poderá, tão só, dirigir-se ao tribunal da sua comarca onde prestará o depoimento por meio de videoconferência. Trata-se de um mecanismo prático e usual na maior parte dos países; o que permite ao tribunal ajuizar certos factos com base no depoimento da testemunha directa, o que, de certa forma, vai diminuindo o índice do uso da testemunha indirecta.<sup>66</sup>

Para estes sistemas judiciais, a questão fica de certa forma resolvida, visto a testemunha não ter de percorrer longas distâncias uma vez que a respectiva audição da testemunha por meio de videoconferência resolver a questão.

Que dizer de Angola onde infelizmente ainda não está concebido o disposto no art.623.º do C.P.C da República Portuguesa? Obviamente que o recurso à testemunha indirecta acentua-se. A vincar a ideia da inconstitucionalidade no uso das testemunhas indirectas e que vêm a tribunal para reproduzir aquilo que a mesma ouviram da testemunha que não pode ser ouvida de forma directa, claramente se conclui que, tem havido irregularidades enormes na realização da justiça nestes tribunais.

Não é o momento de qualificar tais irregularidades como inconstitucionais, pois para isto é necessária a violação de uma disposição constitucional ou dos seus princípios constituintes<sup>67</sup>. Ainda assim, acredita-se que para a justiça do facto, é grave, pois é susceptível de se produzir

---

<sup>65</sup> Não se pretende porém dizer-se que em regra toda testemunha indirecta vem em substituição da testemunha directa.

<sup>66</sup> Refere-se que novas tendências de jurisprudência vão apontando para a inconstitucionalidade da decisão que se funde na testemunha que em juízo vem reproduzir os factos que terá ouvido da testemunha ausente esta que, por razões várias não foi possível ser ouvida em juízo, sendo por isto que se chamou uma terceira testemunha que vem reproduzir tais factos que ouviu da pessoa ausente. Vide -acórdão TC 213/ 94 DR II serie de 23 de Agosto de 1994 e do STJ DE 6 DE NOVEMBRO DE 1999 na CJSTJ, T2 –pag 207, referindo este ultimo, que o que se pretende com o chamado testemunho indirecto contemplado no artº. 129º n.º 1 é que o tribunal não escolha como prova um depoimento que se limita a reproduzir o que se ouviu a outra pessoa que é possível ouvir directamente. Não deverá ser entendido como depoimento indirecto o que resultar de situações em que agentes policiais ao se deslocarem ao local, após ocorrência de uma sinistralidade, realizarem averiguações e com base nestas averiguações produzam um documento.

<sup>67</sup> Ao contrario do decidido na República Portuguesa como se vê em nota anterior.

uma decisão que afecte directamente e em absoluto a vida das pessoas e do seu património o que é, diga-se, um atentado forte aos princípios mais elementares da Justiça.

Por tudo isto, e visando minimizar a situação, entende-se que é de todo conveniente que as normas processuais civis em Angola sejam adequadas às novas normas de depoimento das testemunhas, fazendo assim constar nelas o depoimento por meio de videoconferência. Este meio evita as deslocações a que as testemunhas ficam obrigadas e as respectivas despesas que em regra custeiam deixem de ser tão pesadas nos orçamentos dos mesmos, além de que evitará logicamente a substituição de uma testemunha directa pela indirecta; o que muito contribuirá para a realização da justiça e para o alcance da verdade que cada vez mais se quer material.

## **8 OS ACTUAIS EDIFÍCIOS DOS TRIBUNAIS, SUA IMPLICAÇÃO NO DEPOIMENTO: A CONTAMINAÇÃO DA SALA DAS TESTEMUNHAS.**

É comum ouvir falar-se no seio dos juristas, em particular, dos aplicadores do direito que os estados devem fazer muito mais em prol da justiça. Tais comentários ouvem-se em África, na Europa, nas Américas ou qualquer outra parte do globo terrestre.

Tem-se consciência que neste ou naquele continente, neste ou naquele país, o nível de desenvolvimento deste órgão não é uniforme, variando conforme se esteja de maior ou menor desenvolvimento ideológico do país.

É verdade que do ponto de vista de doutrina constitucional, os Tribunais são um dos poderes que, a par dos demais, constituem os estados modernos.

Na prática o que se verifica?

Que os tribunais a semelhança dos serviços notariais, registo e identificação, fazem parte de um ministério, no caso, o ministério da justiça; sendo este um dos vários ministérios que compõe o governo. Nesta perspectiva, pode-se dizer por inferência, que a função de julgar cabe ao governo. Trata-se na verdade de uma *vexata question* que *ius constituto*, deverá merecer a análise dos doutrinários.<sup>68</sup>

Consequência?

Os Tribunais vão ficando dependentes dos recursos alocados ao Ministério da Justiça; que os irá direccionar em todos serviços da sua esfera.

Sendo portanto o Tribunal, por excelência e de *ius*, um órgão de soberania; o mesmo ficara impedido de discutir os seus orçamentos e as suas políticas; sendo esta uma forma de expressão de soberania do órgão, como acontece com o próprio Governo e a Assembleia Nacional e ou outros órgãos de soberania

Mais tarde ou mais cedo, estamos convencidos de que, *de jure constituto* a questão será inevitavelmente revista em todos os países onde tal ocorre; e no caso concreto em Angola.

Por tudo isto, os Tribunais aqui e acolá, vão funcionando em imóveis inadequados, outras vezes arrendados e por isto adaptado; quando adaptáveis, pois que ali onde a adaptação for impossível assim mesmo se instalou os serviços de justiça. E como tal:

---

<sup>68</sup> Entendido assim, e do ponto de vista técnico as políticas de investimento dependeriam pura e simplesmente dos respectivos conselhos judiciais; Infelizmente tal não acontece, pois os Tribunais do ponto de vista administrativo, vão sendo geridos pelo Ministério da Justiça; que é constituído por um conjunto de serviços de identificação, notários e conservatórias dos registos, ou seja, o Tribunal é uma quarta parte do Ministério da Justiça e o Ministério da Justiça um componente do Governo que a par dos outros 25 Ministérios o constituem.

Hoje há tribunais criminais que não possuem nenhuma cela muito menos gabinetes para os ilustres causídicos. Tal se aplica *mutatis mutandis* para os tribunais cíveis.

Que falar das Salas das Testemunhas?

É evidente que diante destas insuficiências falar de salas das testemunhas é quase utopia.

O art.º 634.º n.º 1 do CPC, refere que:

-Antes de começar a inquirição, as testemunhas são recolhidas a uma sala, de onde saem para depor pela ordem em que estiverem mencionadas no rol. Primeiro as do autor depois as do réu, salvo se o juiz determinar que a ordem seja alterada ou as partes acordarem na alteração.

Com efeito, a grande maioria dos tribunais crime não possuem sala das testemunhas. Note-se que, frequentemente, e dada a notoriedade social desses tribunais são os que estão mais bem instalados.

Os Tribunais Cíveis em Angola, em regra, não possuem salas das testemunhas, razão pela qual se tem verificado uma concentração das mesmas num só lugar quer tenham sido arroladas pelo autor, quer pelo réu ou solicitados oficiosamente pelo Tribunal.

Nestas concentrações, as pessoas calam-se?

Importa salientar que não. É até natural e compreensível pois aí onde há grupos de gente não se pode humanamente impedir que não troquem impressões. No caso, decerto que o tema de conversa não será da última partida de futebol entre o Benfica e Sporting há-de ser, obviamente, dos factos *sub judice*, o que de alguma forma fará com que os mesmos acertem os pontos de vista e assim possam, de alguma forma, responder como que em uníssono aquando do depoimento.

Logicamente que tal contacto vicia o testemunho e a verdade material que se pretende buscar<sup>69</sup>, até porque o legislador ao estabelecer a recolha das testemunhas numa sala, de alguma forma que as mesmas, naquele momento, não mantenham comunicação entre si; pelo que devem ser vigiadas de modo a que algumas não exerçam sugestão e influência sobre as demais na matéria controvertida; admitiu a possibilidade de os depoimentos poderem ser viciados em caso contrário.

Ao juiz que funciona num tribunal onde estas situações ocorrem, tem de estar mais atento às interferências que o psiquismo da testemunha sofreu, porquanto, em função do número de testemunhas arroladas, deverá aceitar como inevitável a contaminação da sala das

---

<sup>69</sup> Não obstante o Direito Civil se bastar com a verdade formal.

testemunhas, já que não as isolou de modo a que não pudessem trocar impressões no tribunal,<sup>70</sup> portanto, exige-se mais de perícia em matéria de psicologia a este juiz.

Nos tribunais angolanos, para evitar a contaminação da sala, é comum manter-se a testemunha que acabou de prestar depoimento dentro da audiência. Pressupõe-se uma adopção de medida que decerto modo vai servindo para evitar o vício, sendo porém eficaz somente nas situações em que a sala de audiências permite a concentração das testemunhas pós depoimento. Saliente-se o risco que se mantém naquelas situações em que o depoimento não foi ainda prestado e que as mesmas se encontram ainda no exterior.

A contaminação da sala de audiências é, portanto, um vício que nas condições em que os tribunais funcionam, vai ter de se conviver com ele por muito tempo. Por isto, urge a necessidade de mais uma vez preparar os magistrados, dotando-os de capacidades técnico-científicas, de modo a que possam identificar os depoimentos viciados.

Considera-se que as formações no ramo das psicologias e técnicas interrogativas se apresentam como susceptíveis de proporcionar ao julgador no geral, e ao angolano em particular; conhecimentos da sua detenção e posterior julgamento do depoimento prestado.

### ***8.1 O Falso Testemunho***

A boa administração da justiça interessa tanto ao estado como aos particulares. Ainda assim, não raras vezes o homem, visando alcançar os seus objectivos, recorre a práticas contrárias aos bons hábitos, ao costume e à lei. O legislador previu tais comportamentos e esta previsão fez surgir um conjunto de instrumentos que de alguma forma procuram sancionar todos aqueles que comprovadamente enveredem em práticas deste tipo.

No caso concreto, do falso testemunho, sendo esta uma figura penal tipificada em vários sistemas penais, acaba sendo o instrumento doutrinal para se enquadrar toda a testemunha que chamada a tribunal para depor, venha a este órgão soberano e, manifestamente, diga inverdades.

O elemento constituinte desta infracção penal a semelhança de vários tipos criminais, é o dolo do agente. Atente-se porém que, as pessoas são diferentes, não tendo por isto mesmas capacidades de absorver informações, pelo que é de todo admissível sim, que alguém tenha compreendido certa informação captada de uma forma diferente de outra pessoa, não podendo desta forma e dada a sua diminuta capacidade de absorção dos conhecimentos, ser

---

<sup>70</sup> Fala-se no tribunal quer no momento em que se aguarda para depor, quer a medida que forem cruzando pós aquele depoimento, cruzando uns com os outros; note-se que outras influências extra tribunal, são quase inevitáveis já que desde o início dos factos que os mesmos se vão fazendo sentir na consciência dos demais, e cimentando-se a partir da constituição da figura da testemunha até ao julgamento.

sancionado, pelo que, não faz sentido algum que este desentendimento seja bastante para se subsumir o falso testemunho.

A existência de falso testemunho, justifica-se pela intencionalidade da pessoa em dizer inverdades no tribunal pondo em risco o bom funcionamento do aparelho da justiça, que diga-se, é a realização da justiça.

Nos termos das disposições combinadas do art. 635.º e 559.º do C.P.C as testemunhas prestam um juramento promissório<sup>71</sup>; e proferem em regra diante do juiz, as seguintes palavras:

«Juro por minha honra, dizer a verdade e só a verdade»

O objectivo do juramento é vincular a testemunha ao seu depoimento de modo a que assume as suas declarações com a responsabilidade que se impõe a cada sujeito.

Cientes de que, por vezes o homem, é moldável e vulnerável a opiniões de outros, o legislador tratou de prevenir criminalmente tais práticas, visando evitar estes vícios de vontade e no caso de ocorrerem, sanciona-los.

Portanto, é imperioso que a testemunha preste juramento<sup>72</sup> e nessa ocasião, informada da sanção em que incorre em caso de falso testemunho. Há mesmo quem entenda tratar-se de condição de validade da aplicabilidade da sanção.

Pretende-se assim proteger o depoimento prestado em tribunal, de modo a que não obstante a sua livre apreciação pelo juiz, se assuma como verdadeiro e confiável, de modo que seja tido como um elemento para o juiz da causa poder decidir.

A propósito, Helena Moniz diz que:

“- A circunstância de o depoimento prestado perante o tribunal estar ferido de falsidade coloca seriamente em perigo a realização da justiça, pois, desconhecendo a falsidade, o julgador poderá sempre basear-se no depoimento para administrar (in) justiça ao caso concreto.”<sup>73</sup>

Por aqui, depreende-se claramente que o interesse jurídico tutelado é a fé pública que se dá a realização e ou a regularização da administração da justiça pelos tribunais.

Na legislação Portuguesa o falso testemunho está previsto no art.º 360.º do C.P, cuja pena vai de seis meses a três anos, ou pena de multa não inferior a 60 dias; ao passo que na República

---

<sup>71</sup> No qual promete que ira dizer a verdade ao invés do juramento assertório que vigora em alguns sistemas no qual a testemunha jura que disse a verdade.

<sup>72</sup> O Prof. REIS.A. *ob.cit.* p.417, refere mesmo que a falta de juramento produz nulidade do depoimento.

<sup>73</sup> In O Crime de Falsificação de Documentos: da Falsificação Intelectual e da Falsidade em Documento; Apud BRITO, Iolanda A.S.Rodrigues de; in **Crime de Falso Testemunho Prestado Perante Tribunal**. Pág.21.

de Angola o crime é punido com dois a oito anos, nos termos do art. 238.<sup>74</sup>; é caso para a qual dizer, *abusus non tollit usum*.<sup>75</sup>

A presença da testemunha em tribunal representa como um sujeito com o qual deve este órgão contar, para o esclarecimento dos factos. A justiça é um bem que a toda sociedade interessa, e a testemunha na qualidade de uma pessoa equidistante do fundo da questão, deve considera-se indispensável na apreciação de certas situações. Estas são, na verdade, as balizas de que se serve o Direito na concepção da figura da testemunha e da força que se dá aos seus depoimentos; sem olvidar que, por se tratar de um sujeito que presta o seu papel com recurso à reprodução dos factos, pode surgir o vício de vontade consciente nesta reprodução como não poucas vezes tem surgido.

Uma das consequências que se aponta é a de, perder a capacidade de futuramente voltar a testemunhar depois de constatado o falso testemunho.

Quanto à formalidade, perante o falso testemunho e mesmo havendo flagrante delito o tribunal civil na prática não dá ordem de prisão. Por mais comprovado que esteja o elemento subjectivo, o que tem ocorrido é, a mando do juiz cível, a elaboração de uma participação crime que será remetida aos órgãos de instrução para que se instaure o competente processo-crime.

Naqueles casos em que o digno agente do MPº se faz presente, a tarefa de participar o caso, caberá ainda assim o tribunal e no caso concreto pelo juiz que preside a sessão.

A título de direito comparado, importa dizer que no sistema jurídico Argentino, o juiz civil tem o poder de decretar a detenção da testemunha de modo a apresenta-la ao juiz criminal já sob detenção.<sup>76</sup>

Interpretações mais rigorosas a este propósito, têm estado a apontar na configuração do falso testemunho, nomeadamente nos casos em que, após a realização de um julgamento, o tribunal decida com base no depoimento de certa ou certas testemunhas, depoimentos estes que são manifestamente opostos aos da testemunha da parte vencida, pelo que, o tribunal a decidir em sentido contrário ao depoimento, cometem o crime de falso testemunho as testemunhas da parte vencida, tendo sempre como base, o facto de terem prestado juramento, dando origem a que na sentença o juiz deva de imediato instaurar contra estes o respectivo processo por falso testemunho.

---

<sup>74</sup> O art.238º do CP da República de Angola, contempla cinco parágrafos, sendo o 5º parágrafo que em concreto prevê o crime de falso testemunho em acção cível.

<sup>75</sup> O abuso não tira o uso – não é por se abusar de um direito que se perde esse direito.

<sup>76</sup> KIELMANOVICH, Jorge L - **Teoría de la prueba y medios probatórios**. Pág. 154.



Em boa verdade é um entendimento que se reputa de algum sentido lógico uma vez que, implicitamente, o juiz ao decidir contra o depoimento teve-o como não verdadeiro, logo falso, independentemente do elemento subjectivo que terá norteado o sentido do depoimento.

A propósito, basta-nos o argumento lógico, pois de contrário, a situação de testemunha seria uma premissa de se tornar facilmente em réu, já que diante de duas posições contrárias em juízo, o tribunal em obediência aos ensinamentos da lógica e da filosofia, não poderá atribuir a ambos procedência da acção<sup>77</sup>.

Sendo o sujeito da infracção a testemunha ou perito, conclui-se que se trata de um crime específico próprio cuja consumação dá-se no momento em que se produz a declaração, o informe, a tradução ou a interpretação diante da entidade.

Portanto, são elementos constitutivos do tipo:

**a)-O dizer inverdade ante a autoridade competente.**

A questão da autoridade competente afere-se avaliando se a inverdade foi dita ante um ente que nos termos da lei ou regulamento tinha competência de as receber, requerer informe ou dispor de traduções e interpretações para resolver um conflito de natureza jurídica.

**b)-Tipicidade fáctica processual.**

A inverdade deve incidir sobre factos de cujo vício possa alterar a compreensão de quem os aguarda com fins de com base nelas decidir sobre a matéria *sub judicie*.

**c)-O dolo**

Entendido este como o elemento volitivo do agente; não se comete portanto o tipo criminal afirmando algo objectivamente não exacto, mas sim em afirmar algo que o agente conhece como inexacto, ou negar algo que conhece como exacto; ou seja terá de existir uma discordância entre aquilo que o agente considera como verdade e o que expõe, bem como a vontade em expressar como verdadeiro, aquilo que é falso e vice-versa

Questão a propósito que se debate hoje na doutrina e em particular na Republica da Argentina é:

*Quid iuris* se o que se afirma subjectivamente como falso for do ponto de vista objectivo verdade?

Há aqueles que entendem no caso que não haverá o crime de falso testemunho, com argumento de que tal não atenta contra o bem jurídico tutelado (Marsich,Oderigo,Fontán e

---

<sup>77</sup> Até porque os antigos referem que: “- não se pode agradar a gregos e troianos ao mesmo tempo”

Balestra) outros porém que apontam pela existência do crime nesta situação independentemente da não violação da tutela jurídica (Carrara,Moren e Núñez).<sup>78</sup>

Portanto, para se aferir o falso testemunho, tem de se determinar o âmbito da conduta, o momento em que tal se consuma, as formas de comparticipação e o sentido do depoimento não devendo confundir aquele tipo criminal com a má interpretação, má informação ou tradução incorrecta.

Não se pode porém perder de vista que os elementos do tipo bem como as circunstâncias em que a suposta falsidade ocorreu devem ser julgadas com cautela a fim de preservar-se a integridade da prova testemunhal como carga imposta a todos os habitantes em benefício comum já que a justiça é um bem social.

---

<sup>78</sup> Vide comentário doutrinal de Agustín Washiton Rodríguez e Beatriz Galetta de Rodríguez ao art.º 275º do código penal Argentino.

## **9 A SITUAÇÃO SÓCIO-GEOGRÁFICA DE ANGOLA E SUA INFLUÊNCIA NOS JULGAMENTOS CÍVEIS.**

A sócio geografia de Angola é bastante complexa e constituída por varias assimetrias que passam por diferenças existentes no desenvolvimento das cidades e dos povos tendo em conta a sua forma de pensar, e de ser, factos que acabam por determinar, a maneira como as culturas vão emergindo e manifestando-se através de determinados comportamentos que variam de localidade para localidade.

O homem nasce e desenvolve-se num meio social onde, através de comportamentos padronizados, são fixados modelos de actuação por parte dos indivíduos que integram essa sociedade chegando, por vezes, a criar-se a ideia de conformidade dos actos ou a natural aceitação das normas do ponto de vista social.

Considerando, segundo teorias de alguns, África como um continente negro<sup>79</sup> fácil será induzir que, em algumas localidades, cidadãos ou países deste continente se encontrem formas de pensar que de alguma forma não se coadunam com novas concepções científicas.

É exactamente tendo em conta esta linha de pensamento que se refere no campo do direito, que estas circunstâncias se vão fazendo sentir socialmente de tal forma que têm estado a prejudicar a realização dos julgamentos nos tribunais em Angola em particular os julgamentos cíveis, já que os indivíduos fruto de condicionalismos vários, vão se furtando em muitos casos a comparecer em julgamentos.

A título de exemplo, vale referir que os diversos litígios, que vão surgindo nas zonas rurais mais longínquas dos centros das cidades, têm vindo a ser apreciados pelas autoridades tradicionais. Infracções como o roubo, o furto, as ofensas corporais e o adultério têm sido apreciados do seu mérito, por estes órgãos do poder local que extras judicialmente vão servindo de órgão de resolução de conflitos naquelas localidades.

A medida que o tempo vai passando, práticas deste tipo vão-se confinando a regiões mais longínquas, onde existe algumas dificuldades para se usufruir dos serviços da administração pública.

Acontece que, como foi referido, o país está em crescimento, desenvolvendo-se também as instituições e as mentalidades dos seus habitantes.

No caso particular dos tribunais, com a grande divulgação dos ideais do Estado democrático e social estabelecido na constituição da República de Angola e com a criação de organizações

---

<sup>79</sup> Por ser desconhecido na sua profundidade ainda pelo ocidente.

diversas, que em muitos casos com carácter filantrópico se engajam na divulgação de tais ideias, o cada vez mais elevado índice de quadros entre os habitantes inclusive das zonas do interior das províncias, vão-se traduzindo num elevado número de fontes de conhecimento e desenvolvimento social, permitindo a par das vias de comunicação, o espírito de luta do direito em detrimento das impunidades que de algum tempo assolaram as consciências dos cidadãos. Desta forma, a resolução dos conflitos de interesse por parte dos órgãos extrajudiciais; tende a diminuir; verificando-se um crescente avolumar de processos cíveis e penais a serem encaminhados para as capitais de província.<sup>80</sup>

Partindo do pressuposto que as partes de facto se deslocam para estas regiões, tendo por isto de percorrer grandes distâncias para chegarem a jurisdição cível, a questão que se coloca é a das testemunhas que, na verdade, como alheias ao interesse material do litígio, são chamadas unicamente para auxiliar o Estado, na boa administração da justiça.

Portanto, fruto deste notável desenvolvimento em Angola no plano social e institucional, os tribunais deste país vão acumulando em termos estatísticos, um número acentuado de processos que vêm das regiões mais longínquas, onde outrora os julgamentos eram feitos pelos órgãos do poder local e com base na equidade<sup>81</sup>, sendo esta, uma espécie de julgados de paz ou juízes de proximidade na designação francesa-orgão que até então surgiu no sistema judiciário dos países europeus a partir da década de 70, ante a falência das estruturas judiciais existentes.<sup>82</sup>

Diante deste quadro e com estas inovações referidas, a deslocação das pessoas a busca do órgão judicial se impõe. Para tal, tem-se de percorrer em muitos casos enormes distâncias.

Questões porém que se colocam, são:

- a) As testemunhas comparecem sempre acompanhando, portanto este êxodo de processos vindos do interior?
- b) As testemunhas residentes comparecem igualmente em julgamentos?
- c) As ausências das testemunhas são frequentes?
- d) Que motivos estarão na base de tais constantes ausências das testemunhas em julgamento?

---

<sup>80</sup> Onde está fixado o Tribunal Cível

<sup>81</sup> Diga-se que é ainda uma prática muito frequente em África como a demonstraram a Dra. MENEZES, Maria Paula e LOPES, Júlio - **O Direito por Fora do Direito: as instâncias extra-judiciais de resolução de conflitos em Angola**. vol II.ed.Coimbra: Almedina, p. 26.

<sup>82</sup> MANSO, Luis Duarte, e OLIVEIRA, Nuno Teodósio-Direito Processual Civil-I.Pág.140

Tratam-se na verdade, de questões que hoje em dia colocam-se nos tribunais em Angola, visto que inúmeras vezes temos vindo a assistir a não realização dos julgamentos, por ausência das testemunhas.

Comparadas a outras jurisdições, constata-se que se trata de uma situação de índole nacional. Assim, para uma ideia mais pormenorizada destas razões; analisa-se em seguida as causas mais frequentes das ausências das testemunhas nos julgamentos cíveis em Angola.

### **9.1 Desconhecimento do Paradeiro da Testemunha**

O crescimento desordenado dos bairros é patente, um fenómeno que na verdade se vai verificando desde o longínquo ano de 1975.

A medida que o tempo foi passando, a situação foi se degradando e os problemas ligados ao ordenamento do território não constituíram uma prioridade do governo, dada a situação de instabilidade social e política que o país viveu durante aproximadamente três décadas.

Como resultado desta situação, actualmente, estão hoje desactualizados os mapas cartográficos das cidades em Angola, quer nas zonas urbanas quer nas zonas periurbanas e rurais, o que tem criado sérias dificuldades quando se colocam situações de identificação e localização de residência pela cartografia existente, pois os mapas desactualizados já não expressam ou representam a realidade.

Assim, vários sectores da sociedade sentem a mesma dificuldade quando se trata de localizar nas zonas urbanas e periurbanas um endereço físico de um cidadão. O crescimento desordenado destas zonas, acompanhado por uma cartografia que não representa alterações estruturais das cidades, quer pela implantação de novas infra-estruturas, quer pela alteração de arruamentos, tem criado sérios problemas na catalogação ou numeração das residências e ruas, avenidas e quarteirões. O desaparecimento do número de polícia nas novas moradias fez surgir a *contrario sensu* o uso frequente e muitas vezes descuidado da designação S/Nº (sem número).

A desactualização das designações das ruas das cidades, a falta de placas de informação com a indicação da respectiva designação em cada rua, são exemplos de factores que se associam aos já mencionados e ilustram por si só a tamanha dificuldade na localização de um cidadão (e aqui, em particular, destacar o cidadão enquanto testemunha de um processo nos órgãos de justiça).

Se nas zonas urbanas e periurbanas a situação é esta, nas zonas rurais é similar. Muitas das aldeias não estão catalogadas, algumas encontram-se inacessíveis, sendo difícil o acesso por via terrestre, embora algumas possam ser por via marítima ou por via aérea.

A desactualização das residências declaradas é constante nos documentos de identificação que as pessoas possuem, originando que um grande número de angolanos não resida no endereço declarado e constante dos processos mais diversos.

Os factos enunciados permitem-nos afirmar que é hoje difícil localizar uma testemunha (resida ela na zona urbana, periurbana ou rural), o que leva, em muitos casos, ter de se considerar o desconhecimento do paradeiro da testemunha como um problema de conjuntura, face a situação que se vive em Angola, sendo, portanto uma das causas que obstem a realização dos julgamentos nas datas atempadamente marcadas e que em alguns casos, dão mesmo lugar à substituição de uma testemunha por outra.

## ***9.2 Mudança de Residência da Testemunha***<sup>83</sup>

Angola é um país em que a guerra destruiu grande parte das cidades, fazendo com que a aquisição de casa própria ainda pareça um sonho, embora a reconstrução do país seja uma das prioridades do governo.

O problema da falta de habitação só existe nos países em via de desenvolvimento. Portanto, sendo Angola um destes países e acrescendo o facto de ter tido de conviver com três décadas de conflito armado; este obstáculo não podia ser-lhe alheio.

E assim, vai-se assistindo a uma procura infernal de imóveis habitacionais e não só, esta procura que desencadeia nos senhorios abusos nas subidas desregradas do preço dos imóveis (muitas vezes de três em três meses), sobretudo na capital do país transformando inclusive os senhorios em abastados. Infelizmente, em muitas das situações, o valor da renda é bastante exorbitante e acentuado nas zonas urbanas, variando o preço de acordo com o nível de exibicionismo do inquilino<sup>84</sup>, o que só se explica, obviamente, nas zonas de grande concentração de população; onde diante desta concentração a vida se tornou mais difícil e cara.

Nestes locais, o cidadão comum, em regra, habita numa casa arrendada. O senhorio com total desrespeito pelas normas reguladoras do contrato de locação sobe os preços de tal modo que o inquilino se sente profundamente angustiado no fim de cada mês ou período de rendas pagas. Isto tem feito com que as pessoas mudem de residência de três em três meses angustiadadas

---

<sup>83</sup> Vide art.º 629.º n.º3-b) do CPC da República Portuguesa e 629º nº 1-c) do C.P.C. angolano.

<sup>84</sup> Conta-se que o inquilino não pode comprar uma geladeira nova, um televisor ou um fogão; que o senhorio ao ter conhecimento disto, sobe-lhe imediatamente as rendas.

como os abusos do senhorio, se não menos chegando por isto a viver hoje num bairro e amanhã em outro.<sup>85</sup>

Os habitantes em casa própria também não escapam a estas mudanças repentinas. Estes são impelidos a vende-las, por vezes pela situação de carência diversa e porque apareceu uma razoável proposta de compra e ou arrendamento da sua residência; o que frequentemente acontece.

Diante de uma situação deste tipo, o tribunal, por via do oficial de diligências, “vê-se a braços” com dificuldades enormes, o que poderá eventualmente e não poucas vezes dar origem a certidão negativa.<sup>86</sup>

### ***9.3 Morte de Parentes***

Segundo a lei natural, o ser humano nasce, desenvolve-se e morre.

A morte é inevitável pois é contingência da própria vida e, infelizmente, não se sabe quando tal acontece, sendo raras as vezes em que as mortes são previstas.

A família angolana na sua essência é enorme, estando composta em média por sete pessoas.

O índice de mortalidade baixou muito nos últimos anos mas, ainda assim, em comparação com os estados mais desenvolvidos, considera-se elevada, estando a esperança de vida actualmente fixada em 45 anos.

A família angolana é, por regra, uma família bastante unida que vive os sentimentos e agruras da família com a mesma intensidade que os parentes mais directos. Inclusive há uma condenação de foro íntimo e familiar, naqueles casos em que alguém ignore os problemas de família.

Outra situação que se coloca neste mesmo contexto é o facto de que na cultura angolana até os parentes mais distantes são velados como se de parentes próximos se tratassem.<sup>87</sup>

A situação em si, não seria aqui apontada porque de alguma forma salutar, e evidencia uma demonstração de amor para com o próximo, valor esse que no mundo de hoje se vai perdendo (não fosse o tempo que as pessoas nestas situações de culto da morte consomem).<sup>88</sup>

Esta situação tem vindo a colocar obstáculos, não poucas vezes, à comparência das testemunhas para depor em julgamentos.

---

<sup>85</sup> Daí a designação de gira bairro aos inquilinos nesta situação; dado o nº de bairro em que habitam durante pouco tempo.

<sup>86</sup> A propósito, lembra-se o constrangimento que passei quando numa das aulas do CEJ o formador falava da dificuldade da falta de execução das cartas rogatórias que eram emitidas para Angola, e que atrasavam de que maneira os julgamentos em Portugal. Apontava-se, na ocasião, o problema na localização das testemunhas ou partes.

<sup>87</sup> Daí dizer-se hoje naquela sociedade que: o vizinho é família e tua primeira família.

<sup>88</sup> Já que por vezes duram mais de três dias.

Já que:

Se o julgamento ficar marcado para uma data e surgir uma infelicidade, as testemunhas muitas furtam-se a comparecer em audiência para depor. Não sendo, contudo, uma causa de adiamento do julgamento, já que a testemunha poderá ser ouvida em data posterior, o certo é que tal impede a realização do acto, o que significa que o tribunal terá de marcar outra data para inquirir a testemunha, o que, obviamente, é um atraso que acresce, à já natural demora inevitável do processo ou “*periculum in mora*” se recorrendo aos latinos.

Esta é diga-se mais uma das causas de adiamento, pois não seria justo que a pessoa, naquele momento de emoções, de tristeza, com a alma assolada pelo nefasto acontecimento, fosse submetida em interrogatórios e porque, voluntariamente, também não o faria, atendendo ao seu próprio estado.

#### **9.4 Morte da Própria Testemunha<sup>89</sup>**

A morte da própria testemunha é uma das causas mais frequentes na ausência das testemunhas nos julgamentos, o que faz com que se criem alguns embaraços no próprio julgamento de modo a observar-se a veracidade dos factos, apesar de não impedir o desenrolar do processo.

O acto de testemunhar não é sucessório, e far-se-á dentro dos limites estipulados por lei, o que significa que se abrirá um lapso de tempo dentro do qual a parte que arrolou a testemunha falecida, poderá substituí-la. Ainda assim, importa acrescentar que a morte da testemunha, quando dela a parte tiver conhecimento, por via de um requerimento poderá comunicar ao tribunal e solicitar a sua substituição.

Como agir, naqueles casos em que a parte pura e simplesmente arrolou a testemunha; ficando como de facto deve ficar na incumbência do tribunal localiza-la?

Evidentemente, que chegado o dia para depor, o mesmo acto não se realizará, porquanto, verificar-se-á que a testemunha não se faz presente, e muito provavelmente dar-se-á a saber na sessão que a mesma é falecida.

Como não podia deixar de ser, nesta circunstância, a sessão fica interrompida e atribui-se um lapso de tempo para a parte afectada com o passamento físico, venha substituí-la.

Sendo Angola um país em vias de desenvolvimento, cujo um dos traços destes países é a elevada taxa de mortalidade, é fácil compreendermos que não são poucos os julgamentos que se suspendem por tal causa.

---

<sup>89</sup> Vide art. 629.º n.º 1-a) do CPC da República de Angola e 629º nº3 a) do C.P.C da República Portuguesa.



## 9.5 Doença da Testemunha

Como referido, Angola é ainda um Estado que a muito custo, tudo faz para se reerguer dos escombros da guerra e de todas as consequências nefastas que a ele se associam.

Não obstante o reconhecido esforço da política governamental, a sanidade básica do meio habitacional dos povos é ainda caótica, muito mais do que na verdade seria expectável nos dias de hoje.

O país vive, igualmente, de uma produção médico-medicamentosa essencial, proveniente do exterior, o que faz com que se preste atenção para o que é mais premente, dado o volume de enfermidades e escassez de recursos medico-medicamentosos que impede o “desfile” de certas profilaxias e a erradicação das doenças mais seculares.

Em consequência, as justificações de ausência por doença nos locais de serviço e, no caso presente no depoimento como testemunha em juízo, vai-se tornando normal de se ouvir porque é vulgar, é evidente e é compreensível em função das razões apresentadas.

Trata-se, na verdade, de uma causa de ausência frequente, dada a debilidade dos serviços de saúde, já que, não poucas vezes, as testemunhas não comparecem às sessões, quer porque estão acamados, quer porque entendem que não devem comparecer quando padecem de alguma enfermidade que não os impede em deslocar-se, beneficiando tão só da licença médica.

Questão muito frequente é a ausência das testemunhas que se deslocam para outra cidade em busca de tratamentos médico, em virtude de na sua província não existir ou nele não confiarem. Por absurdo, os que mais precisam dos serviços são os que na verdade não dispõem deles ou o que tem é de fraca qualidade, originando, deste modo, péssimas condições ao paciente, abalando o cidadão comum no trabalho prestado.

Ligada a este aspecto, está a ausência da testemunha que por razões de doença se ausentou do país. É frequente nos tribunais e em particular nos tribunais cíveis em Angola, o que também tem impedido a realização dos julgamentos, ficando, inclusive, *sine die* a realização ou continuidade. Geralmente, não se sabe do ponto de vista formal e material quando, de facto, a testemunha regressa ao país e em particular à sede da comarca.<sup>90</sup>

Nos termos do disposto no artigo 629.º do C.P.C da República Portuguesa e da República de Angola, se tal se prolongar, constituiu causa bastante para a substituição das testemunhas.

---

<sup>90</sup> As pessoas com alguma capacidade económica procuram os serviços médicos no exterior do país, com destaque para Portugal, Brasil, Namíbia, África do Sul, Cuba e Espanha. Quem vai em tratamento e dependendo da enfermidade, por vezes, leva longo tempo a regressar, bloqueando a continuidade das sessões; quando as partes não prescindam dela.

Todavia, a questão que se coloca é nas situações em que a parte não prescinde da testemunha: que fazer?

Na realidade a lei estabelece que a ausência por doença não pode ser em período superior a trinta dias, mas a prática judiciária mostra que o tempo tem sido superior a trinta dias, sobretudo quando se trata da testemunha da ré, naqueles casos em que ela não tenha formulado pedido reconventional algum.<sup>91</sup>

Quando a doença se prolonga por mais de trinta dias?

A parte sob pena de perder a oportunidade de a substituir, deverá fazer antes do decurso do prazo, prova, mediante atestado médico, que a testemunha esta doente e que não poderá ser inquirida dentro deste prazo. Neste caso, se a doença se prolongar por período superior a trinta dias, poderá substitui-la<sup>92</sup>, se não tiver feito aquela prova, perde o direito de apresentar, em substituição, outra testemunha.

Em regra, tem-se aguardado mais tempo para que a testemunha regresse à comarca<sup>93</sup>, não obstante a lei fixar certo lapso de tempo.

Esta substituição da testemunha é claramente uma das vias de fazer surgir no processo uma testemunha directa pela indirecta; porquanto, se a segunda testemunha havia sido preterida pela primeira; o argumento de tal preterição deve residir por lógica tão só na fonte de percepção do conhecimento que traz ao tribunal.

## ***9.6 Recusa da Testemunha em Comparecer***

A guerra é um fenómeno social que convive, infelizmente, com os povos e nações desde os primórdios da existência humana até aos estados modernos. Como se não bastassem as consequências demográficas e económicas da guerra; junta-se o espírito de impunidade<sup>94</sup> dos co-cidadãos, em geral do nível médio ou alto, com maior destaque os militares e paramilitares.

Com estes coexistem ainda os estóicos<sup>95</sup> que nesta convivência social dão muito pouco valor aos fenómenos à sua volta.

Este tipo de personalidade é exemplo claro de pessoas que uma vez chamados a tribunal para depor, insistentemente se recusam a comparecer.

---

<sup>91</sup> Já que na hipótese de ter formulado um pedido reconventional, terá interesse em acção de facto marchar; já que pediu indeferimento do pedido do autor e procedência do seu pedido.

<sup>92</sup> Já que a parte não deve sofrer as consequências do cálculo errado do médico.

<sup>93</sup> Não se coloca aqui aqueles casos em que por doença o depoimento é prestado na casa da testemunha.

<sup>94</sup> Há um grupo de pessoas na sociedade que se julga impune.

<sup>95</sup> Uma característica psicológica, cujos traços são o facto de não se importarem com os fenómenos à sua volta.

Naquelas situações em que os mesmos são funcionários públicos ou um ente privado, a questão fica acautelada com o envio à entidade patronal de uma requisição.

Que dizer quanto ao cidadão ex-militar ou ex-paramilitar, na inexistência de entidade patronal, sendo chamado a comparecer se recusa a fazê-lo? Por que meio deverá o tribunal trazê-lo em juízo?

É verdade que do ponto de vista processual, existem mecanismos para se poder resolver a questão daqueles que se negam a prestar o depoimento como se pode ler do art. 629.º n.º 4 do C.P.C. da República Portuguesa; que estabelece que:

- O Juiz ordenará que a testemunha que sem justificação tenha faltado, compareça sob custódia, sem prejuízo da multa aplicável, que é logo fixada em acta.

Entendemos nós que, aquele instrumento só se torna eficaz naqueles casos em que conhecemos a localização da pessoa que se nega.

Importa dizer que, as ausências de testemunhas em julgamentos cíveis, por este tipo de situações, vai hoje diminuindo consideravelmente, porquanto, em cada 200 processos com prova testemunhal dois apresentaram este tipo de ausências (fonte experiência pessoal).

### ***9.7 Recusa da Testemunha a Depor***

Diferente da recusa em comparecer, estão as situações em que a testemunha se recusa a depor. Num primeiro caso, o sujeito aceita a condição de testemunha no decurso do processo e quando, efectivamente, deve surgir em tribunal a fim de prestar o depoimento, simplesmente se recusa a fazê-lo; ao passo que num segundo caso, a pessoa pura e simplesmente se recusa a depor como testemunha, auxiliando o estado a resolver com justiça o litígio entre as partes.

Esta vai sendo uma situação frequente tendo em conta que a grande maioria das pessoas se encontra num movimento social cíclico, cuja velocidade é frenética, o que os impede, em muitos dos casos, de perder um pouco do seu tempo para prestar auxílio àqueles que dele venham a precisar.

Repare-se que infelizmente, o índice de desemprego no país é tal, que grande parte das pessoas vive à custa dos negócios que firmam no mercado informal, onde a disponibilidade física, em muitos dos casos, é condição necessária para se garantir as refeições do dia e desenvolvimentos dos projectos pessoais e ou familiares.

Portanto, só mesmo naquelas situações em que o litígio toca directamente uma pessoa próxima, quer em termos de parentesco, quer em termos de laços de vizinhança e amizade, é que as pessoas se dispõem a auxiliar o Estado na realização da justiça.

*Quid iuris* para aqueles casos em que alguém verifica um acidente de viação numa auto-estrada; e que após verificar o referido acidente se recusa a de futuro e na acção civil ser arrolada por uma das partes como testemunha?

Quanto a isto, é evidente que nada pode fazer a parte e muito menos o tribunal poderá sob custódia trazer a testemunha ao longo dos articulados. É destes casos que se fala como de uma situação que carece de uma análise.

Com efeito, trata-se de situações que ocorrem em Angola como em qualquer outro país, pois é uma questão de elevado sentido de responsabilidade de justiça do cidadão, independentemente do estágio de desenvolvimento a que se encontrar o seu país; pelo que não é de modo algum uma particularidade de Angola. Todavia, entendemos que tal é frequente nos países em via de desenvolvimento, onde os assentamentos urbanos são desordenados e onde as pessoas vivem essencialmente do mercado informal bastante desregrado, o que propicia os “corre-corre” do pacato cidadão.

Visando acautelar situações do género e de alguma forma, visando fazer com que as pessoas apareçam para de facto auxiliarem os tribunais nesta nobre tarefa, de modo a que se realize a justiça, no regime jurídico da República Portuguesa a recusa em depor como testemunha tem tutela penal vide art.º 360.º n.º 2 do CP.

Na mesma pena<sup>96</sup> incorre quem, sem justa causa, se recusar a depor ou a apresentar relatório, informação ou tradução.

Dizer aqui que não está em causa nesta abordagem a recusa legítima da testemunha em depor, que sendo legítima, e de admitir, embora ponderada certas situações; antes sim, aqueles que face a um facto de que tem total conhecimento, entendem que não devam comparecer em juízo para depor.

### ***9.8 Litígios Vindos do Território da Jurisdição***

Sendo verdade que o lesado no seu direito tem motivos bastantes para se deslocar onde quer que seja, e assim ver acautelado o direito violado e tal situação tem ocorrido com maior ou menor frequência, a questão que se coloca, é o caso da testemunha, já que, partindo do princípio que é uma pessoa necessária no esclarecimento dos factos e esta, por sua vez, dada a sua ausência de interesse, quer directa quer indirectamente (pelo menos do ponto de vista adjectivo), é forçada a fazer uma deslocação, percorrendo muitas vezes centenas de quilómetros para ir depor em tribunal.

---

<sup>96</sup> Pena de falsidade de testemunho, punido com prisão de seis meses a três anos ou com pena de multa não inferior a 60 dias.

Por que meio o faz, e a custas de quem?

Decerto que sendo do interesse da parte que o arrola, vezes há em que aquele procede ao pagamento das despesas em regra de transporte; no entanto, admita-se que tal hipótese se vai verificando como prática recorrente em Angola.

Como ficam as condições de hospedagem, o risco da viagem e outros constrangimentos próprios que derivam da tarefa de prestar depoimento no processo?

São estas entre outras as preocupações que se levantam e que, de alguma forma, constituem um empecilho na tarefa de fazer deslocar a testemunha arrolada pela parte.

Na resolução do litígio, aliado aos já vários constrangimentos diários do mesmo, a questão que se coloca é a sua movimentação muitas vezes por meios próprios, dos seus aposentos para o lugar onde o governo, por razões de gestão, entendeu fixar os serviços de justiça, em particular o tribunal.

Vejamos que, Angola, com 167 Municípios, distante uns dos outros em média em mais de 100 km, possui vias de acesso em muitos casos ruins, não obstante o esforço que o governo angolano vem fazendo em melhorá-las, já que, mais de 50% se encontram em péssimo estado, o que de certo modo torna bastante moroso e de alguma forma desconfortáveis e perigosas as deslocações das mesmas.<sup>97</sup>

Os Tribunais Provinciais estão situados na sede da província.

Como se deslocam as partes e, fundamentalmente, como lá chegam as testemunhas. É diga-se uma *vexata quaestio* que, infelizmente, temos estado a assistir e que tem causado a ausência constante das testemunhas, naqueles casos em que o litígio se desloca à “sede judicial cível”<sup>98</sup>

### ***9.9 Litígio, Parte e Testemunhas Vindos de Outra Jurisdição.***

Propõe-se este ponto, por se estar consciente que vezes há, em que o caso se desloca de uma província para outra, ou seja, o tribunal competente em razão do território seria o Tribunal A e o caso, porém, julga-se pelo tribunal B.

Do ponto de vista adjectivo, estamos em presença de uma incompetência territorial.

A incompetência territorial, à semelhança da incompetência em razão do valor, constitui uma incompetência relativa, não sendo, por esta razão do conhecimento oficioso e cuja arguição incumbe ao réu no prazo da contestação.<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup> Basta lembrar que hoje a grande taxa de mortalidade, deriva dos acidentes de viação nos percursos de longo curso.

<sup>98</sup> Uma designação atribuída aos tribunais provinciais, mas concretamente a sala do cível e administrativo em Angola que se encontram fixados somente nas capitais das províncias, ao contrário de 23 Municípios que contêm o tribunal municipal e que, porém de matéria cível nada julgam, dado o valor e por carecerem de uma sala cível no tribunal municipal.

É justamente protegidos por estes fundamentos doutrinários e legais, que se admite o litígio vindo de outra jurisdição.

Quanto à questão da parte ou testemunha, que advém de uma jurisdição diferente, isto, por ter residência nela?

Trata-se de uma hipótese irrelevante do ponto de vista do Direito Adjectivo, afastada que fica a existência do vício, já que não é arguível a todo tempo.

Admitida a hipótese, por que meios deve chegar a testemunha que deverá percorrer mais de quinhentos quilómetros de distância, na hipótese, por exemplo, de ter de sair da província de Luanda para ir depor no Huambo, ou do Namibe para Benguela? Será que faz sentido que venha?

Tal poderá acontecer ainda, naqueles casos em que as partes, nos termos do contrato, lançaram mão à escolha do fórum competente em dirimir o litígio em caso de incumprimento de uma delas.

Neste caso, a testemunha por que seria e será forçada a fazer tal deslocação com todos os inconvenientes referidos, quer na deslocação quer na acomodação e alimentação?

Como referido, nos termos do art.º 644.º do C.P.C., a testemunha tem o direito de ser ressarcida das despesas feitas pela sua deslocação ao Tribunal, bem como o direito a uma indemnização por cada dia que tenha de permanecer no Tribunal, por cada dia por conta do processo.

Sendo uma previsão normativa, continuamos dizendo que, entre aquela previsão e a prática, a distância é enorme e em particular nos Tribunais Cíveis em Angola, que maior parte dos processos tem como meio de prova única a testemunhal.

Ora, se partirmos do princípio de que as dificuldades sociais são ainda prementes, será fácil compreendermos que casos inúmeros registam-se em que as testemunhas por estas razões não compareçam em julgamento; visto que, não dispõe de valores para tal e a prática judiciária não obstante o legislador prever ressarcimento a testemunha e compensações devidas; ela é desconhecida ;sendo certo que, muitos que comparecem e que se encontram em situações de carência, fazem-no a custas da parte de forma directa, o que de certo modo pode pesar no sentido do depoimento a prestar-se.

---

<sup>99</sup> Vide art.º 108º e 109.º do CPC

### **9.10 Síntese das Causas Frequentes**

A prática judiciária mostra que diante de todos inconvenientes, as partes; em particular os causídicos, vão dando primazia às testemunhas indirectas ao invés das testemunhas directas.

Com efeito, o tribunal, diante deste pressuposto e naquelas situações em que se apercebe que existe uma testemunha directa, e porque a testemunha directa acaba por ser mais fiável em relação a testemunha indirecta (do ponto de vista processual), caberá àquele órgão convocar a testemunha. Contudo, compete esclarecer que, a dificuldade que as partes tiveram em trazer as testemunhas e nos casos em que a elas tenha ficado a incumbência de o fazer -pois é tarefa do tribunal, esta instância deparar-se-ia com os mesmos problemas em localizar a testemunha e em alguns casos pô-la a depor; tendo em atenção, cada uma das causas referidas nos pontos anteriores.

A prova testemunhal é só mais uma prova diante de um quadro de provas existentes. Acontece, porém, que é a mais usual nos tribunais, e isto não é por acaso. Como grande parte das provas, na sua valoração o depoimento testemunhal está igualmente sujeito ao princípio da livre apreciação do juiz. Acontece que não havendo hierarquia dos meios de prova em Direito, a prova testemunhal cria maior convencimento ao juiz, se dela se afastar os vícios subjectivos.

Diante das dificuldades apontadas, os causídicos dão, inúmeras vezes, primazia às testemunhas indirectas, em detrimentos das directas, sempre que as primeiras se apresentam indisponíveis para colaborar em termos de disposição moral geográfica e financeira.

A questão da substituição das testemunhas pelas causas anteriormente referidas tem ocorrido em qualquer fase do processo e vai até à audiência de discussão e julgamento. Embora fique a parte sujeita a uma cominação pecuniária.

Entende-se, porém, que a questão que se coloca não é de número, pois, a ser, a mesma ficaria resolvida com a substituição.

O que se coloca é a fiabilidade dos depoimentos da testemunha.<sup>100</sup>

Trata-se de quem, efectivamente irá ao tribunal e com o sua presença e depoimento auxiliar este órgão a esclarecer o caso *sub judice* e não de uma pessoa que meramente vem substituir alguém para completar o número ou demonstrar que de alguma forma se procurou provar certo quesito.

---

<sup>100</sup> Não se entendendo aqui o termo fiabilidade no sentido da contradita....

De facto, a testemunha substituta terá o domínio dos factos, conforme a testemunha substituída?

É diga-se a questão que se coloca. Felizmente, o próprio instituto jurídico das provas alerta o tribunal ao estabelecer que os depoimentos devem ser valorados em atenção ao Princípio da Livre Apreciação do Juiz. Tal significa que, ali onde os sistemas judiciários estão mais desenvolvidos; lançar-se-á um “forte abraço” pelo julgador, as outras provas aduzidas nos autos pelas partes, no sentido de verificar se as mesmas se confinam com o depoimento das testemunhas.

Em suma:

Não obstante o sistema judiciário angolano prever várias provas, o certo é que, não há condições materiais nem humanas para se “lançar mão” a algumas situações, com a fiabilidade esperada, as peritagens, os exames e as avaliações, afastado que está como já foi exposto o depoimento por videoconferência.

Diante deste quadro, e dadas as dificuldades das testemunhas, como deve estar formado o juiz angolano?

Novamente outra *vexata quaestio* que urge analisar e que se faz no ponto a seguir.

### ***9.11 O Juiz e a Valoração do Testemunho Prestado. Dificuldade da valoração do Testemunho para o Julgador Angolano***

“-A prova testemunhal é aquela que mais dúvida suscita quanto a respectiva valoração por parte do Tribunal. Compreende-se porquê. Os depoimentos são prestados por pessoas que não deixam de espelhar neles toda a complexidade inerente aos seus diversos comportamentos, valores e interpretações, para além das situações em que as testemunhas faltam conscientemente a verdade, depondo sobre factos que não presenciaram ou dos quais não tiveram conhecimento directo. Muitas outras circunstâncias podem porém influir no rigor e na veracidade dos depoimentos, sendo difícil distinguir quando se está perante uns e outros”.<sup>101</sup>

Diante deste quadro referido pelo Dr. Abrantes Geraldês; como se deve proceder a valoração de uma prova em direito e em particular a prova testemunhal?

A ciência do direito, aponta duas formas de valoração da prova no geral, a saber:

**a)-O princípio da prova legal** - Este assente na existência de um conjunto de normas legais que encerram em si critérios valorativos do conteúdo emergente do resultado probatório; e,

**b)-O princípio da livre apreciação da valoração da prova** - Assente no acto criador do julgador, o que deverá decidir abstraindo-se do sistema legal de prova e decidir o caso

---

<sup>101</sup> GERALDES, A. S. Abrantes - **Temas da Reforma do Processo Civil**, vol. II, p. 207



concreto, *secundum conscientiam*<sup>102</sup>; e ou como refere José Lebre de Freitas, decidir sobre a matéria de facto, segundo a sua íntima convicção, formada no confronto dos vários meios de prova.<sup>103</sup>

No caso concreto da prova testemunhal, para a valoração da mesma, o juiz deverá “lançar mão” ao poder discricionário, usando assim vários critérios de valoração do depoimento, “esta subordinada a razão e a lógica, e não limitada por prescrições formais exteriores”, como refere Cavaleiro Ferreira.<sup>104</sup> Acrescentando a propósito, refere o Prof. Figueiredo Dias que:

“-o princípio não pode de modo algum querer apontar para uma apreciação imotivável e incontrolável e portanto arbitraria a ideia segundo a qual: a liberdade de apreciação da prova é , no fundo ,uma liberdade de acordo com o dever - o dever de perseguir a chamada verdade material - de tal sorte que a apreciação há-de ser, em concreto ,recondutível a critérios objectivos e, portanto, em geral susceptível de motivação e de controlo.”<sup>105</sup>

O modelo de lei espanhola de 1855, em matéria de interpretação da prova testemunhal, consagrou um terceiro modelo de valoração da prova, que ficou conhecido como “Las reglas de la sana crítica”, sendo uma categoria intermédia entre a prova legal e a livre convicção, caracterizada por ser não excessiva ante a rigidez da primeira e sem a excessiva incerteza da última.

No âmbito do estudo do Direito Probatório, aprende-se que, ao contrário dos tempos idos, em que a confissão era tida como a rainha das provas hoje entre os doutrinários, há unanimidade em afirmar, que não existe uma hierarquia entre os vários meios de provas judiciais.

Tal posição, porém, poderá eventualmente confundir um leitor atento, porquanto, o depoimento de parte é um dos meios de prova com muita força no ajuizamento de um facto e, partindo do princípio de que se trata de uma confissão da parte sobre algo que lhe é desfavorável, aproveitando contudo a parte contrária,<sup>106</sup> pela lógica, concluir-se-ia que uma vez confessado certo facto, na verdade sobre o mesmo, não se deveria colocar mais dúvida alguma.

De facto assim é. Todavia não é por este argumento que se eleva aquele meio de prova sobre os demais, tão só ela fará prova plena em juízo ao contrário das demais que serão submetidas a livre apreciação do juiz, tendo em conta o princípio da livre apreciação da prova, entendido este como um meio de descoberta da verdade. Na apreciação livre da prova, o juiz deve ater-

---

<sup>102</sup> NEVES, Rosa Vieira-**Livre Apreciação da Prova e a Obrigação de Fundamentação da Convicção**. Pág. 56

<sup>103</sup> FREITAS, José Lebre de-**Introdução ao Processo Civil Conceito e Princípios Gerais**. Pág. 171 e 172.

<sup>104</sup> In Curso de Processo Penal, vol.II, pág.298.

<sup>105</sup> In Direito Processual Penal.Vol.I, Pág.202-203.

<sup>106</sup> Acórdão do Tribunal de Relação de Coimbra de 30 de 05.1995-relatora Silva Graça.

se sobremaneira nas máximas da experiência, consistindo este em regras gerais de carácter científico com validade universal ou consistir no princípio da normalidade, segundo o qual, os factos não se apresentam isolados, mas relacionados entre si, seja por relações de causa efeito, seja por uma ordem lógica e regular.<sup>107</sup>

O juiz angolano, à semelhança dos demais sistemas judiciais, é hoje uma pessoa licenciada em Direito. O plano curricular da Licenciatura em Direito não prevê a cadeira de Psicologia Geral, a Psicologia de Idades e ou a Psicologia Forense.

Ao partir-se do princípio de que o acto de testemunhar consiste na reprodução dos factos por via da oratória de quem os presenciou ou de quem deles ouviu falar, de modo a que o tribunal possa ter uma ideia da veracidade do facto e, assim, poder emitir um juízo de valor, como valorar um testemunho e dali concluir que este, ao contrário do outro, é verídico?

O julgador, ao valorar um depoimento, deve ter como base um conjunto de factores exógenos e endógenos do depoente, mormente as razões de ciência, a espontaneidade do depoimento, a seriedade do sujeito, a coincidência das respostas entre várias testemunhas, o raciocínio lógico do depoimento, as coerências e incoerências do depoimento, pois que, pequenos detalhes e circunstâncias individuais próprias de uma pessoa são susceptíveis de contribuir para a produção de erros de maior ou menor gravidade.

Afirma Gross que:

«Quando as declarações das testemunhas estão em desacordo com a sua íntima convicção, os gestos acompanham muitas vezes o pensamento subconsciente e não as palavras pronunciadas; que as testemunhas, quando dizem mais do que o que sabem, fecham muitas vezes, instintivamente, os olhos ao ter consciência, no meio da narração, de que começam a mentir, etc»<sup>108</sup>-fim de citação.

Há ainda outros elementos que devem necessariamente, despertar a atenção do julgador na valoração do testemunho. Refere-se o tempo que a testemunha leva em emitir a resposta pós pergunta, a pausa que a mesma usa entre as respostas, bem como o silêncio numa e noutra questão.

Naquelas situações em que, prestado o depoimento ou produzida a prova no geral, ainda persista a dúvida, o julgador deve decidir contra a parte que alegou o facto. Tal sanção surge, porquanto, regra geral, a prova do facto incumbe a parte que o alegou. Nos termos do disposto no art.º 342.º do C.C.<sup>109</sup>

---

<sup>107</sup> SOUSA, Luís Filipe Pires de, **Ob. Cit.** Pág.45

<sup>108</sup> Gross *apud*, PESSOA, Alberto – **A Prova Testemunhal, Estudo de Psicologia Judiciária**, p. 16.

<sup>109</sup> *actor incumbit probatio, actori onus probandi incumbit e actor non probante, réus absolvitur*

## **10 CONCLUSÃO**

No presente relatório apurou-se que a República de Angola vai marcando passos significativos em termos de uma afirmação mundial, porquanto, está a passar por um notável desenvolvimento económico, social e também institucional não fugindo a regra, os serviços de justiça.

Fruto do longo conflito armado, este país não obstante aquela ascensão económica, vai ainda provando dissabores próprios dos países em vias de desenvolvimento.

Os modos de ser e estar das pessoas, os argumentos do tipo *manus militaris* a falta de quadros, a falta de tecnologias, o desemprego, a falta de meios de transporte e estradas condignas vão deixando alguns resquícios na actual sociedade angolana, o que de alguma forma vai afectando, também, as instituições e no caso particular os tribunais.

A fundamental razão deste estudo foi a constatação que se verificou durante o exercício da função do candidato como Magistrado Judicial no Tribunal Provincial de Benguela-sala do Cível e Administrativo, consubstanciado na ausência das testemunhas nos julgamentos cíveis. O presente trabalho, como enunciado, visou esclarecer as causas dessas ausências.

Para tal, por via do inquérito a 77 Juízes e 28 Magistrados do MPº; a 6 Secretários Judiciais, 63 Oficiais de Diligências e a 53 Escrivães de Direito nos tribunais de Benguela; Lobito, Huila, Luanda, Cunene, Bie, Kuanza-sul e Namibe, verificou-se que há razões exógenas e endógenas que acompanham a vida da testemunha desde a data dos factos até ao dia em que vai depor. Razões, que não obstante o dever de colaboração de terceiros, imposto por lei, para a realização da justiça, nos termos do que dispõe os arts. 264.º n.º2, 456.º, 535.º n.º2, 519.º, 528.º n.º 1 e 2 e 599.º n.º2 do C.P.C, fazem com que frequentemente as testemunhas em Angola faltem as audiências, dando assim, muitas vezes lugar às testemunhas indirectas.

Pode compreender-se deste estudo, nas situações que directamente dependem do Estado, como por exemplo a elevação do nível de consciência jurídica das pessoas, o melhoramento das vias de acesso, o aumento dos magistrados no país, o aumento da competência dos tribunais em matéria cível, o melhoramento das infra-estruturas, à medida que o tempo vai passando vão sendo eliminados, de modo que se pode mesmo afirmar, sem medo de errar, que nos próximos dez ou quinze anos a situação ficará, se não ultrapassada pelo menos, notoriamente minimizada ,acreditando na implementação do mecanismo do depoimento por videoconferência dada a importância do mesmo na qualidade da pessoa da testemunha e por conseguinte no seu depoimento.

Quanto às questões de foro pessoal e que os angolanos foram ingerindo através dos hábitos e costumes; constatou-se que o índice de analfabetismo em Angola está cada vez mais reduzido, facto que tem contribuído para a redução da ideia da impunidade e o crescente respeito pelas instituições e no caso particular, do tribunal como órgão de soberania encarregue de realizar a justiça de forma independente, pelo que, as questões de recusa, ausência, ignorância de uma notificação, vão estatisticamente fazendo parte do passado.

Entendeu-se que a implementação do disposto no art. 644.º do C.P.C em combinação com o previsto nos arts. 50.º, 56.º e 57.º do Código das Custas Judiciais da República de Angola impõem-se de modo a que a questão da ausência das testemunhas como causa de adiamento das sessões de julgamento venha de facto a diminuir nos tribunais cíveis em Angola. Diminuir porquanto muitas das razões são de índole natural, logo inultrapassáveis, já que, por mais desenvolvido que esteja um país, as populações irão sempre padecer de enfermidades ou mesmo sucumbir por morte, o que de certo modo prejudica igualmente o depoimento da testemunha, naquelas situações em que não se lançou mão as provas *ad perpetuam rei memoriam*.<sup>110</sup> -Vide art.520.º do CPC da República Portuguesa e da República de Angola.<sup>111</sup>

Também se concluiu que o testemunho, sendo a narração da percepção que certo sujeito tem de um facto, é susceptível de viciar a justiça, independentemente de se tratar de uma descrição fáctica *in visu* ou não. A testemunha é submetida a princípios basilares que norteiam o Direito Probatório, nomeadamente, o Princípio da Livre Iniciativa do Juiz em Matéria de Prova e o Princípio da Audiência Contraditória das Provas.

Observou-se que, o julgador angolano que se depara com condições laborais ainda críticas é chamado a valorar depoimentos, muitos destes viciados, em função da inexistência das Salas das Testemunhas, vendo-se obrigado a decifrar os depoimentos recomendados, tarefa difícil, como referido ao longo deste trabalho.

Em suma, o objectivo deste Relatório foi alcançado no respeito às repercussões que a ausência das testemunhas em tribunal cível dão origem.

Diferentes dos processos crimes, os processos cíveis são mais morosos e menos mediáticos; estando despido da carga psicológica da ideia de prisão; que de alguma forma persegue o crime; outrossim, nos processos crimes, cabe ao estado, a realização de diligências tendentes a esclarecer o *factum probandum*; ao passo que, nos processos cíveis, por força do princípio dispositivo, às partes caberá apresentar as provas que fundamentam suas pretensões;

---

<sup>110</sup> Produção antecipada da prova – Segundo COSTA, Salvador - Os **Incidentes da Instancia**, 5ª edic.pág.18 e AMARAL, Jorge Augusto Pais do, **Ob. cit.** 10ª ed., pág.261

<sup>111</sup> No caso os artigos coincidem.

significando isto dizer que cabe-lhes em regra, arrolar as testemunhas pelo que o juiz cível e em particular o juiz cível, carece de uma formação cabal no âmbito das ciências de psicologia, de modo a dotar-se de capacidades técnicas de detectar depoimentos viciados.

## **11 FONTES:**

- Constituição da Republica Portuguesa.
- Código de Processo Civil da República de Angola
- Código Civil da República de Angola
- Código de Processo Civil da República Portuguesa
- Código Civil da República Portuguesa
- Código Penal Argentino, comentado por Agustín Washiton Rodríguez e Beatriz Galetta de Rodríguez

### **Outras Fontes de Conhecimento**

- MIRANDA, José Miguel de Sá - Lições de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da UAN. Luanda, 1999/2000.
- Relatório Económico de Angola de 2011, elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, da Texto Editores de Angola, Ld, 2012.
- Relatório Económico de Angola de 2012, elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, da Texto Editores de Angola, Lda, 2013.
- Textos de apoio do XXIX curso do CEJ em matéria cível, dos Meretíssimos juízes Maria João e Luís Filipe Pires de Sousa

## **12 BIBLIOGRAFIA**

AMARAL, José Augusto Pais do - Direito Processual Civil. 10.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Almedina, Outubro de 2011.

ASCENSÃO, José de Oliveira – O Direito-Introdução e Teoria Geral. 13.<sup>a</sup> edição. Refundida. Almedina, Março de 2005.

BAPTISTA, José João - Processo Civil-I Parte Geral e Processo Declarativo 8.<sup>a</sup>ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2006. - Código de Processo Civil Actualizado e Anotado.3<sup>a</sup>ediç. Coimbra. Almedina 1985.

BRITO, Iolanda A.S. Rodrigues de – Crime de Falso Testemunho Prestado Perante Tribunal. 1.<sup>a</sup> Edição. Coimbra Editora. Janeiro de 2012.

BRITO, Wanda Ferraz de; SOARES, Fernando luso; MESQUITA, Duarte Romeira - Código de Processo Civil Actual e Anot. 3.<sup>a</sup>ed. Coimbra: Almedina 1985

COSTA, Salvador da - Os Incidentes da Instancia. 5.<sup>a</sup>ed. actual. e ampl. Coimbra: Almedina, 2008.

DIAS, Jorge de Figueiredo - Direito Processual Penal.1<sup>a</sup>. ed., reimpressão. Coimbra 2004.

FREITAS, José Lebre de - Introdução ao Processo Civil - Conceito e Princípios Gerais. 2.<sup>a</sup> ed. reimpr Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

\_\_\_\_\_ A Falsidade no Direito Probatório.2.<sup>a</sup>ed.actual. Coimbra: Almedina, 2013.

GERALDES, António Santos Abrantes - Temas da Reforma do Processo Civil, IIº vol.4.<sup>a</sup>ed. revista e actual. Coimbra: Almedina, 2010.

\_\_\_\_\_ Recursos em Processo Civil - novo regime. 3<sup>a</sup> ed. Ver. e actual., Coimbra: Almedina, 2010.

GOZAÍNI, Osvaldo A.-Formas Alternativas para Resolución de Conflictos. Editora Depalma. Buenos Aires 1995.

JR., Fredie Didier - Fundamentos do Princípio da Cooperação no Direito Processual Civil Português. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

KIELMANOVICH, Jorge L.- Teoría de la Prueba y Médios Probatorios. Editora Abeledo-Perrot.Buenos Aires, 1996.

LEITÃO, Hélder Martins - Da Audiência Preliminar e da Instrução do Processo Civil.7.<sup>a</sup> ed. Actual. e refor. Porto: Almeida e Leitão, Lda, 2011.

\_\_\_\_\_ A Prova Civil no Direito Português.1.<sup>a</sup>ed. Porto: Almeida e Leitão Lda. 2008.

MACHADO, António Montalvão; PIMENTA, Paulo - O Novo Processo Civil.1.<sup>a</sup>ed.Porto: Teixeira e Sousa Sociedade Editora, Lda, 1997.

MACHADO, João Baptista - Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador. 19.<sup>a</sup>ed. Reimp. Coimbra: Almedina, 2011.

MANSO, Luís Duarte; OLIVEIRA, Nuno Teodósio - Direito Processual Civi l- Casos Práticos Resolvidos. 3.<sup>a</sup>ed. Ver. e actual.vol.I. Lisboa: Quid Jùris Sociedade Editora, 2011.

MANSO, LUÍS Duarte; OLIVEIRA, Nuno Teodósio; Dias, Vasco Cordas - Direito Processual Civil-, Casos Práticos Resolvidos.II Vol.1.<sup>a</sup>ed.Lisboa: Quid juris Sociedade Editora, 2011.

MENDES, Castro - Direito Processual Civil [s. l.; s . d.]

NETO, Abílio – Código Civil Anot.-17.<sup>a</sup>ed. ver e actual. Lisboa: Ediforum-Edições Jurídicas, Lda. 2010.



\_\_\_\_\_ Código de Processo Civil Anot.- 23.<sup>a</sup> ed. actual. Lisboa: Ediforum-Edições Jurídicas, Lda. 2011.

NEVES, ROSA Vieira - A Livre Apreciação da Prova e a Obrigação de Fundamentação da Convicção. Coimbra: Coimbra editora, 2011.

RANGEL, Rui Manuel de Freitas - Ónus da Prova no Processo Civil. 3.<sup>a</sup>ed. Coimbra: Almedina, 2006.

SILVA, Rui Gomes da; SILVA, Miguel Medina - Teoria Geral do Direito Civil- Noções Elementares. Lisboa: Âncora Editora, Maio de 2010.

SOUSA, Luís Filipe Pires de - Prova por Presunção no Direito Civil. Coimbra: Almedina, 2012.

TELLES, Inocêncio Galvão - Manual dos Contratos em Geral-ref e actual. 4.<sup>a</sup>edição. Coimbra editora, 2002.

TIMBANE, Tomas - Lições de Processo Civil-I. Maputo: Escolar Editora, 2010.

VALLES, Edgar - Prática Processual Civil. 6.<sup>a</sup>ed. Coimbra: Almedina, 2010.

VARELA, Antunes - Direito Processual Civil [s. l.; s . d.]

## 13 ANEXOS 1: Mapa de Angola



## **14 ANEXO 2: Mapa das Estradas de Angola**



## **15 ANEXO 3: Províncias de Angola**

### **Bengo**

Situado a Norte do país, o clima é tropical seco e as temperaturas médias anuais vão até 26°C

A província comporta 8 municípios e a população dedica-se maioritariamente a agricultura.

A capital da província chama-se Caxito.

### **Benguela**

Situada no litoral centro de Angola possui 10 municípios, uma área de 37.802 km<sup>2</sup> e clima tropical árido por influência da corrente fria de Benguela, sendo que a temperatura média anual vai até os 24°C.

A pesca, pecuária e a agricultura notabilizam-se entre as principais actividades dos seus habitantes.

A capital da província chama-se Benguela.

### **Bié**

Localizado no centro do país ocupa uma área de 70.314 km<sup>2</sup> e possui clima tropical húmido e a temperatura média anual entre os 19°C, sendo que a agricultura e a pecuária se tornam a actividade principal entre os seus habitantes.

A província do Bié possui 9 municípios e a sua capital chama-se Kuito.

### **Cabinda**

Sito na região mais a norte de Angola, e uma área de 7.270 km<sup>2</sup>, o clima da região é tropical húmido e temperatura média anual entre os 25°C

Sendo a província de Angola mais rica em petróleo, a maior parte da população nesta província encontra-se empregada nas diversas indústrias petrolíferas ou afins que se fixaram na província.

A capital da província chama-se Cabinda, sendo uma província com 04 municípios.

### **Kuando Kubango**

Fica situada no sudoeste de Angola e ocupa uma área de 199.049 km<sup>2</sup>, possuindo 9 municípios.

Com um clima tropical de altitude e temperaturas média anual de 20°C, a actividade principal da população é a agricultura, pesca artesanal, pecuária e a apicultura.

A sua capital da província chama-se Menongue.

### **Kuanza Norte**

Situada na região norte do País possui 10 municípios, numa área de 24.110 km<sup>2</sup>.

O clima é tropical húmido com temperaturas médias anuais a rondar os 22°C e os 24°C.

A população é essencialmente agrícola, embora as populações à margem dos rios se dediquem maioritariamente à pesca artesanal.

A sua capital chama-se Ndalatando.

### **Kuanza Sul**

Esta Província está situada no litoral do país, mais concretamente na região centro oeste de Angola e ocupa uma área de 55.660 km<sup>2</sup>

Comporta 13 municípios.

Possui um clima tropical seco de altitude, variando a temperatura média anual dos 24°C aos 28°C.

As actividades como a pesca, agricultura e pecuária destacam-se entre as demais.

A capital da província é a cidade do Sumbe.

### **Cunene**

Situada na região sul do país ocupa uma área de 87.342 km<sup>2</sup> e comporta 6 municípios.

O clima é semiárido e a temperatura média anual é de 23°C.

A população é essencialmente agro-pecuária.

A capital da província chama-se Ondjiva.

### **Huambo**

Trata-se de uma Província que está situada na parte centro de Angola, possuindo 11 municípios.

Possui um clima tropical de altitude e a temperatura média anual chega a ser inferior aos 19°C.

A população é essencialmente agrícola

A capital da província chama-se Huambo.

### **Huila**

Esta província localiza-se na região sul de Angola e ocupa uma área de 75002 km<sup>2</sup>.

O clima é tropical seco e a temperatura média anual é de 19°C

A população vive essencialmente da agricultura e da pecuária.

A capital da província chama-se Lubango.

### **Luanda**

Situa-se a norte do país e possui 9 municípios, numa área de 2.257 km<sup>2</sup>.

O clima é tropical húmido e a temperatura média anual é de 25°C

Apesar de se tratar de maior palco industrial, ainda assim se destaca entre as populações a prática da agricultura e pesca.

A capital da província chama-se Luanda.

### **Lunda Norte**

Situa-se na região nordeste de Angola, possuindo 9 municípios numa área de 102.783 km<sup>2</sup>.

O clima é tropical húmido e a temperatura média anual é de 24°C.

A população dedica-se essencialmente a agricultura e a extracção mineira.

A capital chama-se Dundo.

### **Lunda Sul**

Localiza-se na região nordeste de Angola, e numa área de 77 637 km<sup>2</sup>, possui 4 municípios.

O clima é tropical húmido e as temperaturas médias anuais variam entre os 21°C e os 23°C.

A actividade principal entre os povos é a extracção de diamantes.

A capital chama-se Saurimo.

### **Malange**

Situada na região centro e norte do país, Malange possui uma área de 97 602 km<sup>2</sup> e um total de 14 municípios.

O clima tropical é sub-húmido e a temperatura média anual é de 22°C.

A população é essencialmente agrícola.

A capital da província chama-se Malange.

### **Moxico**

Trata-se de mais uma província de Angola que situa-se na região leste do país, possuindo uma área de 223.023 km<sup>2</sup> repartidos por 9 municípios.

O clima é tropical húmido de altitude, variando as temperaturas médias anuais até os 21°C.

A agricultura, caça e pesca, destacam-se entre as actividades das populações.

A capital da província chama-se Luena.

### **Namibe**

Esta província está situada na região sudoeste do país, possuindo 5 municípios numa área de 58. 137 km<sup>2</sup>.

O seu clima é tropical árido e as temperaturas médias anuais variam até os 21°C.

A pesca, a agricultura e a pecuária destacam-se entre as principais actividades dos seus habitantes.

A capital da província chama-se Namibe.

### **Uíge**

Situada na região norte de Angola, numa área de 58.698 km<sup>2</sup>; possui 16 municípios.

O clima é tropical húmido e a temperatura média anual varia até aos 24°C.

A população é essencialmente agrícola.

A capital da província é a cidade do Uíge.

**Zaire**

Esta província situa-se no norte de Angola, possui 6 municípios numa área de 40.130 km<sup>2</sup>.

O clima é tropical húmido e a temperatura média anual varia entre os 24°C e 40° c.

A população vive da agricultura, pesca artesanal e extracção de petróleo.

A capital chama-se M'Banza Congo.



## 1

A

88



## **17 ANEXO 5: Tabela Ilustrativa das Províncias, Capitais e Municípios de Angola**

<b>Província</b>	<b>Município Sede</b>	<b>Municípios</b>	<b>Total</b>
Bengo	Caxito	Ambriz, Bula Atumba, Dande, Dembos, Nambuangongo, Pango Aluquém	09
Benguela	Benguela	Balombo, Baía Farta, Bocoio, Caimbambo, Catumbela, Chongoroi, Cubal, Ganda, Lobito	10
Bié	Kuito	Andulo, Camacupa, Catabola, Chinguar, Chitembo, Cuemba, Cunhinga, Nharea	09
Cabinda	Cabinda	Belize, Buco-Zau, Cacongo	04
Cuando Cubango	Menongue	Calai, Cuangar, Cuchi, Cuito Cuanavale, Dirico, Mavinga, Nancova, Rivungo	10
Cunene	Ondjiva	Cahama, Cuanhama, Curoca, Cuvelai, Namacunde, Ombadja	07
Huambo	Huambo	Bailundo, Catchiungo, Caála, Ekunha, Longuimbale, Longonjo, Mungo, Tchicala-Tcholoanga, Tchindjenje, Ucuma	11
Huíla	Lubango	Caconda, Cacula, Caluquembe, Gambos, Chibia, Chicomba, Chipindo, Cuvango, Humpata, Jamba, Matala, Quilengues, Quipungo	14
Kwanza-Norte	N'dalatando	Ambaca, Banga, Bolongongo, Cambambe, Cazengo, Golungo Alto, Gonguembo, Lucala, Quiculungo, Samba Caju	11
Kwanza-Sul	Sumbe	Amboim, Cassongue, Conda, Ebo, Libolo, Mussende, Porto Amboim, Quibala, Quilenda, Seles, Waku Kungo	12
Luanda	Luanda	Belas, <a href="#">Cacuaco</a> , <a href="#">Cazenga</a> , Ícolo e Bengo, Quiçama, Viana	07
Lunda-Norte	Lucapa	Cambulo, Capenda-Camulemba, Caungula, Chitato, Cuango, Cuílo, Lubalo, Xá-Muteba	09
Lunda-Sul	Saurimo	Cacolo, Dala, Muconda, Saurimo	05

<b>Província</b>	<b>Município Sede</b>	<b>Municípios</b>	<b>Total</b>
Malanje	Malanje	Cacuso, Calandula, Cambundi-Catembo, Cangandala, Caombo, Cuaba Nzogo, Cunda-Dia-Baze, Luquembo, Marimba, Massango, <a href="#">Mucari</a> , <a href="#">Quela</a> , <a href="#">Quirima</a>	14
Moxico	Luená	Alto Zambeze, Bundas, Camanongue, Léua, Luau, Luacano, Luchazes, Lumeje, Moxico	10
Namibe	Namibe	Bibala, Camucuio, Tômbua, Virei	05
Uíge	Uíge	Alto Cauale, Ambuíla, Bembe, Buengas, Damba, <a href="#">Macocola</a> , Mucaba, Negage, Puri, Quimbele, Quitexe, Sanza Pombo, Songo, Zombo	15
Zaire	M'Banza Kongo	Cuimba, Noqui, N'Zeto, Soyo, Tomboco	06
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>168</b>

## **18 ANEXO 6: Inquérito**

ANTÓNIO JOLIMA JOSÉ

PHONE NUMBER: 932548854

EMAIL: [antoniojolima@gmail.com](mailto:antoniojolima@gmail.com)

Caro Magistrado;

O presente inquérito visa a recolha de dados atinentes ao tema: A Importância da prova Testemunhal nos Julgamentos Cíveis em Angola.

O mesmo tem portanto, um fim meramente académico e visa a obtenção do grau de Mestre em Direito, opção Jurídico – Processuais, na Universidade Autónoma de Lisboa. Assim, solicita-se a V.Excia o seu prestimoso auxílio, que passa por se dignar em responder ao questionário abaixo, reservando-se no entanto o direito de não responder algumas questões visto que tal não afectará de forma alguma a gratidão que antecipadamente se lhe dirige.

Eis o questionário:

É frequente verificar-se a ausência das testemunhas nos julgamentos cíveis?

---

---

Em média por cada dez julgamentos, quantos são adiados por ausência das testemunhas?

---

---

Quais são as razões mais frequentes de tal ausência?

---

---

É constante verificar-se vício de vontade nos depoimentos das testemunhas?

---

---

Que razões acha que estão na base de tais vícios?

---

---

Tem registo de alguma vez ter mandando instaurar processo – crime do falso testemunho? Sendo positiva a resposta; quantos aproximadamente?

---

---

Em cada dez julgamentos, em média, quantos têm como prova única a prova testemunhal?

---

---

Nos casos de prova única e havendo sucessivos adiamentos das testemunhas, como se tem julgado o caso concreto?

---

---

Por que meios as testemunhas distantes da sede da jurisdição Cível chegam ao tribunal?(pretende-se saber se por meios próprios, meios das partes e/ou do tribunal)?

---

---

---

Tem memória de alguma testemunha que tenha requerido os emolumentos devidos nos termos do código das custas judiciais pelo depoimento prestado?

---

---

Que dificuldades conhece dos nossos oficiais em localizar as testemunhas?

---

---

---

Lembra-se de ter sido forçado a emitir um mandato de captura por ausência deliberada e reiterada de testemunha notificada?

---

---

A que se devem tais comportamentos das testemunhas?

---

---

---

Em média, qual é o tempo de vida útil necessário para que um processo declarativo ordinário conheça uma decisão em 1.<sup>a</sup> instância?

---

---

O edifício do Tribunal contém sala de testemunhas?

---

---

Na falta de sala das testemunhas, como lida com a questão do risco da testemunha influenciada ?

---

---

---

Sendo única a prova testemunhal, que meios técnicos usa para aferir do valor do depoimento contaminado?

---

---

---

Brevemente, fale da importância da prova testemunhal nos julgamentos cíveis.

---

---

---

---

Que outras questões atinentes ao tema e que não foram abordadas acha importante serem referidas ?

---

---

---

Por:

---

**19 ANEXO 7: Tabela Ilustrativa dos Resultados dos Inquéritos Realizados**

Nº Ord.	Agentes	Universo	Respostas favoráveis	Abstenções
01	Juízes	93	77	16
02	MPº	40	28	12
03	Secretário Judiciais	9	6	3
04	Escrivães	78	53	25
05	Oficiais de Diligência	111	63	48